

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA POUPEX - 1º Semestre de 2019

1. Sobre a POUPEX

Associação de Poupança e Empréstimo (APE), caracterizada como instituição civil mutualista, sem fins lucrativos, criada e gerida pela Fundação Habitacional do Exército (FHE) nos termos da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Submetida às normas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e ao seu Estatuto, atua em todo o território nacional por meio de agências próprias, unidades de atendimento da FHE e do Banco do Brasil S.A.. Opera com recursos captados, majoritariamente, em caderneta de poupança e tem por objetivos permanentes a captação, o incentivo e a disseminação da poupança, proporcionando ou facilitando a aquisição e a construção da casa própria. Como produtos, oferece a Caderneta de Poupança POUPEX e o Financiamento Imobiliário POUPEX, em suas diversas modalidades. Mais de 130.000 (cento e trinta mil) financiamentos já foram concedidos em todo o país.

Conta com um sistema de governança corporativa que garante o alinhamento das ações institucionais com os interesses dos associados, das organizações parceiras, da sociedade em geral e com o conceito de responsabilidade socioambiental.

Além do atendimento presencial, a POUPEX oferece atendimento telefônico por meio de sua central de atendimento, com suporte para o atendimento a deficientes auditivos ou de fala. Conta, também, com uma Ouvidoria comprometida em respeitar e evidenciar a importância do cliente.

Mantém estrutura de pessoal qualificado e em quantidade compatível para atender, nas melhores condições, as demandas provenientes de seu negócio e para permitir o alcance de seus objetivos. Em 30 de junho de 2019, contava com 7 dirigentes, 1.335 empregados e 108 estagiários. Além desses, apoiava 72 jovens aprendizes selecionados entre integrantes da parcela mais carente da sociedade.

2. Contexto econômico

O primeiro semestre foi caracterizado pela manutenção da taxa SELIC e pela expectativa da reforma da previdência, que, devido ao seu rito de aprovação, acarretou contido ritmo da atividade econômica, com baixos níveis de investimento, mantendo altas taxas de ociosidade e desemprego, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acompanhadas do recuo no consumo e do aumento consecutivo do endividamento das famílias (Pesquisa Nacional de Endividamento e Inadimplência do Consumidor apurada pela Confederação Nacional do Comércio).

Esse panorama proporcionou um movimento de retiradas de recursos de poupança, que registrou, no 1º semestre de 2019, captação negativa de R\$ 11,1 bilhões, ante a captação positiva de R\$ 2,5 bilhões, no mesmo período do ano anterior.

Em outra via, observou-se a desaceleração da inflação. Tal movimento, segundo analistas do mercado, pode estar relacionado ao menor poder de compra das famílias. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) alcançou 2,23% no período analisado contra os 2,60% registrados nos primeiros seis meses de 2018.

No decorrer do 1º semestre, o constante recuo das estimativas do PIB para o final de 2019, conforme posições colhidas para a composição do Relatório Focus, do Banco Central, aliado à retração do setor de construção civil sinalizaram a contenção de projetos de infraestrutura e habitação.

Em contrapartida à menor produção de unidades habitacionais, verificou-se queda no estoque de imóveis novos em virtude de maior velocidade nas vendas, de acordo com a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), sugerindo menor dificuldade para encontrar compradores.

Nesse contexto, as operações de financiamento imobiliário com recursos das cadernetas do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) cresceram acentuadamente nos cinco primeiros meses (46,6% se comparados ao mesmo período de 2018), segundo dados da Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP).

3. Desempenho da POUPEX

A Associação apresentou resultado de R\$ 34.581 mil ao final do 1º semestre de 2019. O retorno sobre o patrimônio líquido anualizado foi de 6,65% (desconsiderando, no PL, o valor dos recursos dos associados poupadores). As receitas atingiram R\$ 324.043 mil e as despesas somaram R\$ 289.461 mil.

Em 30 de junho de 2019, computou patrimônio líquido de R\$ 6.596.996 mil, com aumento de 4,14 % em relação à mesma posição de 2018. Na mesma comparação, os ativos tiveram um incremento de 7,96 %, atingindo R\$ 8.274.877 mil.

A POUPEX manteve sua participação de 9,6521% no capital da Companhia Brasileira de Securitização (CIBRASEC) até o final de junho de 2019.

A Caderneta de Poupança POUPEX fechou o 1º semestre de 2019 com captação negativa de R\$ 295.986 mil. Os recursos dos associados poupadores somavam R\$ 5.519.158 mil em 30 de junho de 2019, evidenciando acréscimo de 4,02% em relação ao volume registrado no mesmo período de 2018 (R\$ 5.306.101 mil). No último dia do mês de junho, havia 1.617.605 associados à poupança POUPEX, quantidade 0,99% maior se comparada ao mesmo período de 2018 (1.601.733).

Com o objetivo de ampliar as fontes para o crédito imobiliário, desde 2016, a POUPEX mantém um programa de emissão de Letras de Crédito Imobiliário (LCI). Durante o 1º semestre de 2019, foram realizadas emissões em um montante de R\$ 67.818 mil.

Outra fonte de resultados foi a emissão de Depósito Interfinanceiro Imobiliário (DII), consistindo na cessão, mediante remuneração, de parte do excesso de direcionamento de recursos de poupança. Em junho de 2019, o saldo em DII era de R\$ 313.515 mil.

Quanto ao produto Financiamento Imobiliário, no primeiro semestre de 2019, foram concedidos 1.855 financiamentos, alcançando o montante de R\$ 139.071 mil. Desse total, R\$ 91.418 mil corresponderam a contratações na linha de material de construção e R\$ 47.653 mil na linha de aquisição/construção de imóveis e empréstimos com garantia imobiliária.

Conforme disposto no Artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, a Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX tem R\$ 229.562 mil (valor de mercado) em títulos mantidos até o vencimento para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o final da curva, sendo contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderada a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

4. Destaques nas atividades da POUPEX

No 1º semestre de 2019, foram destaques:

- redução das taxas de juros do Financiamento Imobiliário POUPEX e para o financiamento de terrenos regularizados pelo Governo do Distrito Federal;
- atualização e aprovação de políticas institucionais voltadas para a captação de recursos financeiros, continuidade dos negócios, crédito mobiliário e gerenciamento de riscos e segurança cibernética;
- emissão de Letras de Crédito Imobiliário - LCI;
- implementação de medidas capazes de incrementar a comercialização de imóveis recebidos por meio de dação em pagamento, adjudicação e execução judicial/extrajudicial; e
- renovação do convênio entre a instituição e o Superior Tribunal Militar - STM.

Os resultados, os processos, a valorização contínua de seus recursos humanos e as iniciativas de caráter socioambiental demonstram a condução de uma governança adequada aos propósitos e à missão da Instituição.

ARAKEN DE ALBUQUERQUE
Presidente

BALANÇO PATRIMONIAL
em 30 de junho de 2019 e 2018 - (Em Milhares de Reais)

| ATIVO | Nota | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|-----------|------------------|------------------|
| Ativo circulante | | 5.478.447 | 4.899.418 |
| Disponibilidades | 3.b e 4 | 12 | 16 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez | 3.c e 5 | 3.578.463 | 3.090.155 |
| Aplicações no Mercado Aberto | | 100.016 | - |
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | | 3.478.447 | 3.090.155 |
| Títulos e valores mobiliários e derivativos | 3.d e 6 | 496.536 | 427.219 |
| Carteira própria | | 496.536 | 427.219 |
| Relações interfinanceiras | 3.e e 7 | 1.119.057 | 1.068.301 |
| Créditos vinculados | | 1.119.057 | 1.068.301 |
| Depósitos no Banco Central | | 1.118.954 | 1.068.301 |
| SFH - Sistema Financeiro da Habitação | | 103 | - |
| Operações de crédito | 3.f e 8 | 218.613 | 246.673 |
| Operações de crédito | | 218.613 | 246.673 |
| Setor privado | | 290.361 | 270.654 |
| Provisão para operações de crédito | 3.f e 8.g | (71.748) | (23.981) |
| Outros créditos | 9 | 65.452 | 66.727 |
| Rendas a receber | | 39 | 27 |
| Diversos | | 65.413 | 66.700 |
| Outros valores e bens | 3.g e 10 | 314 | 327 |
| Outros valores e bens | | 846 | 550 |
| Provisões para desvalorizações | | (604) | (260) |
| Despesas antecipadas | | 72 | 37 |
| Ativo não circulante | | 2.796.430 | 2.765.203 |
| Realizável a longo prazo | | 2.763.639 | 2.722.649 |
| Títulos e valores mobiliários e derivativos | 3.d e 6 | 489.032 | 492.203 |
| Carteira própria | | 489.032 | 492.203 |
| Relações interfinanceiras | 3.e e 7 | 943.367 | 832.855 |
| Créditos vinculados | | 99.389 | 93.615 |
| SFH - Sistema Financeiro da Habitação | | 157.246 | 148.111 |
| Provisão para perdas - FCVS | | (57.857) | (54.496) |
| Repasse interfinanceiros | | 843.978 | 739.240 |
| Operações de crédito | 3.f e 8 | 1.294.616 | 1.364.895 |
| Operações de crédito | | 1.329.504 | 1.426.448 |
| Setor público | | 24.471 | - |
| Setor privado | | 1.305.033 | 1.426.448 |
| Provisão para operações de crédito | 3.f e 8.g | (34.888) | (61.553) |
| Outros créditos | 9 | 6.205 | 5.826 |
| Diversas | | 6.205 | 5.826 |
| Depósitos judiciais | | 5.458 | 5.089 |
| Diversos | | 747 | 737 |
| Outros valores e bens | 3.g e 10 | 30.419 | 26.870 |
| Outros valores e bens | | 30.419 | 26.832 |
| Despesas antecipadas | | - | 38 |
| Investimentos | 3.h e 11 | 7.810 | 7.810 |
| Outros investimentos | | 7.810 | 7.810 |
| Imobilizado de uso | 3.i e 12 | 11.996 | 15.618 |
| Imóveis de uso | | 9.253 | 9.253 |
| Outras imobilizações de uso | | 33.246 | 32.880 |
| Depreciações acumuladas | | (30.503) | (26.515) |
| Intangível | 3.j e 13 | 12.985 | 19.126 |
| Ativos intangíveis | | 25.347 | 32.861 |
| Amortização acumulada | | (12.362) | (13.735) |
| TOTAL | | 8.274.877 | 7.664.621 |

| PASSIVO | Nota | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|------|------------------|------------------|
| Passivo circulante | | 1.677.881 | 1.330.096 |
| Depósitos | 14 | 1.279.940 | 936.785 |
| Depósitos Interfinanceiros | | 313.515 | 53.748 |
| Depósitos a prazo | | 966.425 | 883.037 |
| Recursos de aceites e emissão de títulos | 15 | 292.371 | 288.088 |
| Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares | | 292.371 | 288.088 |
| Outras obrigações | 16 | 105.570 | 105.223 |
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 16.a | 22 | 39 |
| Fiscais e previdenciárias | 16.b | 11.556 | 11.156 |
| Diversos | 16.c | 93.992 | 94.028 |
| Provisão com despesas de pessoal | | 50.860 | 47.557 |
| Provisão para contingências | | 15.503 | 21.272 |
| Diversos | | 27.629 | 25.199 |
| Patrimônio líquido | 17 | 6.596.996 | 6.334.525 |
| Recursos de associados poupadores | | 5.519.158 | 5.306.101 |
| Reservas de resultados | | 1.035.172 | 996.095 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | | 8.085 | (4.003) |
| Resultados acumulados | | 34.581 | 36.332 |
| TOTAL | | 8.274.877 | 7.664.621 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
Semestres findos em 30/06/2019 e 30/06/2018 - (Em milhares de Reais)

| | Nota | 1º Semestre 2019 | 1º Semestre 2018 |
|--|---------------|------------------|------------------|
| Receitas da intermediação financeira | | 304.737 | 278.492 |
| Operações de crédito | 7.e e 8.c | 120.493 | 120.028 |
| Resultado de operações com títulos e valores mobiliários | 5.b e 6.c | 155.150 | 126.881 |
| Resultado das aplicações compulsórias | 7.e | 29.094 | 31.583 |
| Despesas da intermediação financeira | | (186.736) | (162.019) |
| Operações de captação no mercado | 14, 15 e 17.a | (178.501) | (161.606) |
| Provisão para créditos de liquidação duvidosa | 8.g | (8.235) | (413) |
| Resultado bruto da intermediação financeira | | 118.001 | 116.473 |
| Outras receitas/despesas operacionais | | (84.341) | (81.616) |
| Rendas de tarifas bancárias | | 2.701 | 2.353 |
| Despesas de pessoal | 18.b | (62.535) | (56.235) |
| Outras despesas administrativas | 18.c | (16.806) | (17.350) |
| Despesas tributárias | 18.d | (10.357) | (8.945) |
| Outras receitas operacionais | 18.a | 10.046 | 16.831 |
| Outras despesas operacionais | 18.e | (7.390) | (18.270) |
| Resultado operacional | | 33.660 | 34.857 |
| Resultado não operacional | 18.f | 921 | 1.475 |
| Resultado líquido | | 34.581 | 36.332 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Semestres findos em 30/06/2019 e 30/06/2018 - (Em milhares de Reais)

| | 1º Semestre 2019 | % | 1º Semestre 2018 | % |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|
| 1 - Receitas | 310.396 | | 297.693 | |
| 1.1 - Intermediação financeira | 304.737 | | 278.492 | |
| 1.2 - Prestação de serviços | 2.701 | | 2.353 | |
| 1.3 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa - (constituição) | (8.235) | | (413) | |
| 1.4 - Outras | 11.193 | | 17.261 | |
| 2 - Despesas de intermediação financeira | 178.501 | | 161.606 | |
| 3 - Insumos adquiridos de terceiros | 20.676 | | 29.812 | |
| 3.1 - Materiais, energia e outros | 7.989 | | 7.977 | |
| 3.2 - Serviços de terceiros | 2.379 | | 2.282 | |
| 3.3 - Outras | 10.308 | | 19.553 | |
| 3.3.1 - Outras despesas administrativas | 1.606 | | 1.119 | |
| 3.3.2 - Outras despesas operacionais | 7.390 | | 18.270 | |
| 3.3.3 - Despesas não operacionais | 1.312 | | 164 | |
| 4 - Valor adicionado bruto (1-2-3) | 111.219 | | 106.275 | |
| 5 - Depreciação, amortização e exaustão | 4.801 | | 5.941 | |
| 6 - Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (4-5) | 106.418 | | 100.334 | |
| 7 - Valor adicionado recebido em transferência | 125 | | 399 | |
| 7.1 - Dividendos e juros sobre o capital próprio | 125 | | 399 | |
| 8 - Valor adicionado total a distribuir (6+7) | 106.543 | 100,00 | 100.733 | 100,00 |
| 9 - Distribuição do valor adicionado | 106.543 | 100,00 | 100.733 | 100,00 |
| 9.1 - Pessoal | 52.521 | 49,29 | 47.035 | 46,69 |
| 9.1.1 - Remuneração direta | 37.102 | | 34.077 | |
| 9.1.2 - Benefícios | 11.168 | | 10.105 | |
| 9.1.3 - FGTS | 4.251 | | 2.853 | |
| 9.2 - Impostos, taxas e contribuições | 19.435 | 18,24 | 17.360 | 17,23 |
| 9.2.1 - Federais | 18.803 | | 16.903 | |
| 9.2.2 - Estaduais | 29 | | 25 | |
| 9.2.3 - Municipais | 603 | | 432 | |
| 9.3 - Remuneração de capitais de terceiros | 6 | 0,01 | 6 | 0,01 |
| 9.3.1 - Aluguéis | 6 | | 6 | |
| 9.4 - Remuneração de capitais próprios | 34.581 | 32,46 | 36.332 | 36,07 |
| 9.4.1 - Resultados retidos/prejuízos do exercício | 34.581 | | 36.332 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Semestres findos em 30/06/2019 e 30/06/2018 - (Em milhares de Reais)

| | 1º Semestre 2019 | 1º Semestre 2018 |
|--|------------------|------------------|
| Fluxos de caixa provenientes das operações | 2019 | 2018 |
| Resultado líquido | 34.581 | 36.332 |
| Ajustes ao resultado líquido | 48 | 5.545 |
| Provisão para operações de crédito | 8.235 | 413 |
| Provisão para perdas - Créditos Vinculados | 1.727 | 1.294 |
| Provisão/(Reversão) para perdas - FCVS | (239) | 1 |
| Depreciações/Amortizações | 4.801 | 5.941 |
| Desvalorização de Bens Não de Uso Próprio | 289 | - |
| Recuperação de créditos baixados como prejuízo | (8.210) | (2.127) |
| Baixa do ativo imobilizado por obsolescência/doação | 19 | 23 |
| Reversão/Baixa de provisão para operações de crédito | (6.574) | - |
| Variações patrimoniais | (99.554) | (118.413) |
| (Aumento) / Redução em ativos operacionais | (3.143) | (107.216) |
| (Aumento) / Redução de recolhimentos obrigatórios ao BACEN | 33.746 | 69.189 |
| (Aumento) / Redução de repasses interfinanceiros | (39.240) | (45.876) |
| Alienação de bens não de uso próprio | 6.744 | 2.835 |
| Retomada de bens não de uso próprio | (6.258) | (20.852) |
| Baixa de crédito em prejuízo | - | (416) |
| (Aumento) / Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez | (4.436) | (2.703) |
| (Aumento) / Redução de FGTS a ressarcir | 19 | 57 |
| (Aumento) / Redução de FCVS | (4.611) | (4.343) |
| (Aumento) / Redução de operações de crédito | 24.446 | (93.364) |
| (Aumento) / Redução de outros créditos | (13.641) | (11.770) |
| (Aumento) / Redução de outros valores e bens | 88 | 27 |
| Aumento / (Redução) em passivos operacionais | (96.411) | (11.197) |
| Aumento / (Redução) em outras obrigações | (607) | 12.661 |
| Aumento / (Redução) de recursos de aceites e emissão de títulos | (95.804) | (23.858) |
| Caixa gerado (utilizado) pelas operações | (64.925) | (76.536) |
| Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento | | |

| DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Semestres findos em 30/06/2019 e 30/06/2018 - (Em milhares de Reais) | | | | | |
|---|--------------------------------|--|---|------------------------------|------------------|
| | Recursos dos associados | Reserva de resultados (estatutária) | Ajustes de avaliação patrimonial | Resultados acumulados | Total |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 5.000.168 | 996.095 | (4.121) | - | 5.992.142 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | - | - | 118 | - | 118 |
| Juros | 119.403 | - | - | - | 119.403 |
| Atualização | - | - | - | - | - |
| Captação líquida do semestre | 186.530 | - | - | - | 186.530 |
| Resultado líquido do semestre | - | - | - | 36.332 | 36.332 |
| Destinações: | - | - | - | - | - |
| Reservas | - | - | - | - | - |
| Saldo em 30 de junho de 2018 | 5.306.101 | 996.095 | (4.003) | 36.332 | 6.334.525 |
| Mutações do semestre | 305.933 | - | 118 | 36.332 | 342.383 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 5.689.849 | 1.035.172 | 4.493 | - | 6.729.514 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | - | - | 3.592 | - | 3.592 |
| Juros | 125.295 | - | - | - | 125.295 |
| Atualização | - | - | - | - | - |
| Captação líquida do semestre | (295.986) | - | - | - | (295.986) |
| Resultado líquido do semestre | - | - | - | 34.581 | 34.581 |
| Destinações: | - | - | - | - | - |
| Reservas | - | - | - | - | - |
| Saldo em 30 de junho de 2019 | 5.519.158 | 1.035.172 | 8.085 | 34.581 | 6.596.996 |
| Mutações do semestre | (170.691) | - | 3.592 | 34.581 | (132.518) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2019
Valores expressos em milhares de Reais

1 A Instituição e suas operações

A Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX, organizada nos termos do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, sob a forma de associação civil mutualista, de acordo com as Leis nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e nº 7.750, de 13 de abril de 1989, e demais disposições legais, regulamentares e disciplinadoras do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A matriz da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX está localizada na Avenida Duque de Caxias, S/N, Setor Militar Urbano, Brasília – DF, Brasil. A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército – FHE e tem por objetivo permanente: captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando ou facilitando a aquisição e a construção de casa própria aos seus associados. A POUPEX compõe o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE e o Sistema Financeiro da Habitação, sendo supervisionada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

A POUPEX é uma Instituição sem finalidade lucrativa e, por esse motivo, é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre as rendas geradas pela sua atividade-fim, conforme disposto no art. 7º do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966. Os rendimentos e os ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras são tributados exclusivamente na fonte à alíquota de quinze por cento, calculada sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

A Caderneta de Poupança POUPEX tem o processamento realizado pelo Banco do Brasil S.A. mediante convênio estabelecido entre as partes, envolvendo a abertura, a manutenção e a movimentação das contas, com o apoio da sua rede de agências e terminais representados por sua capilaridade comercial no País. Deste modo, as atividades relacionadas ao produto Poupança POUPEX são conduzidas com o apoio da estrutura física e tecnológica do Banco do Brasil S.A.. Em conformidade com o Estatuto da POUPEX, o Banco do Brasil S.A. ocupa, atualmente, duas cadeiras de participação no Conselho de Administração. Todos os associados poupadores da POUPEX possuem, necessariamente, conta-poupança estabelecida com o Banco do Brasil S.A. para fazer frente às movimentações.

Além da poupança, a POUPEX conta hoje com operações passivas em letras de crédito imobiliário – LCI, depósitos interfinanceiros imobiliários – DII e depósitos especiais.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

a. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – BACEN alinhadas ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. A demonstração do valor adicionado – DVA, requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX em conjunto com as demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC emite pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis alinhadas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro – (IFRS em inglês). Os pronunciamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional – CMN que são aplicáveis à POUPEX são os seguintes: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC; CPC 04 (R1) - Ativo Intangível; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro; CPC 24 – Evento Subsequente; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 27 de agosto de 2019 e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8); a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 16); a valorização de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 6); a provisão para perdas do FCVS (Nota Explicativa nº 7) e outras provisões que porventura venham a surgir. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado segundo o critério *pro rata die* com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente realizadas.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O total de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados a partir da data da aplicação (Nota Explicativa nº 4).

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e classificam-se nas categorias abaixo, observada a regulamentação contida na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001. A Instituição não possui títulos mantidos para negociação na data-base das demonstrações contábeis (Nota Explicativa nº 6).

i. Títulos mantidos até o vencimento

São os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderada a possibilidade de resgate antecipado desses títulos. A carteira está representada, em sua maioria, por títulos públicos federais e seus valores de mercado são definidos por critérios da Administração do Fundo de Investimento, respeitando as determinações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como as orientações da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

ii. Títulos disponíveis para venda

Podem ser vendidos pontualmente a partir do comportamento do cenário econômico, porém sem a intenção de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos nas demonstrações de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido - "Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda" - até a sua realização por venda. A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes. Abaixo, apresentamos a metodologia de apreamento dos títulos disponíveis para venda:

ii.1 Fundos de investimentos

A carteira está representada, em sua maioria, por títulos públicos federais e seus valores de mercado são definidos por critérios da Administração do Fundo de Investimento, respeitando as determinações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, bem como as orientações da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – ANBIMA.

ii.2 Títulos CVS

Os títulos CVS referentes a contratos de novação de dívida do FCVS, cujo prazo de vencimento culminará em 2027, são remunerados com base na variação da TR mais juros anuais de até 6,17% conforme estabelecido na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, a divulgação de preço indicativo pela Anbima, ou a relação entre o preço unitário (PU) e o valor de negócio mais recente nos últimos 30 dias, ou ainda o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, valores futuros de taxas de juros, índice de preços e moedas e títulos semelhantes.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados *pro rata temporis*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período. Esses títulos possuem previsão de pagamento mensal de juros e amortização de principal.

As perdas permanentes com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como resultado com títulos e valores mobiliários.

e. Relações interfinanceiras e provisão para perdas

Estão demonstradas pelo valor principal, atualizadas pelas rendas e pelos encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 7).

Provisão para perdas sobre os créditos vinculados ao SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS: a provisão para perdas relativas à opção pela novação dos créditos do FCVS, considerada suficiente pela Administração, é calculada levando em consideração o histórico de perdas informado pela administradora do fundo (Caixa Econômica Federal) durante os estágios do procedimento de novação (Nota Explicativa nº 7.c).

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e da atualização monetária, incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias é tratada como operações em curso anormal. A norma permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do art. 4º, da norma citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita, quando realizadas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias.

Com relação aos contratos desequilibrados presentes na Instituição, a Diretoria da empresa adotou medida conservadora, provisionando valor suficiente para fazer face à alta probabilidade de perda na realização dessa carteira, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (Nota Explicativa nº 8.g). A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada adequada pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (Nota Explicativa nº 8).

g. Despesas antecipadas

Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros (Nota Explicativa nº 10).

h. Investimentos

Referem-se à participação societária em que não há nenhum tipo de influência significativa e estão avaliados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável (Nota Explicativa nº 11).

i. Imobilizado de uso

Registrado e avaliado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos quando identificadas por meio de avaliação técnica consubstanciada por laudo emitido por profissional qualificado de acordo com a NBR 14653 Parte 1 (Procedimentos Gerais) e Parte 2 (Imóveis Urbanos). O cálculo da depreciação é realizado utilizando-se o método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

j. Intangível

Os ativos intangíveis são compostos por itens sem substância física, separadamente identificáveis, com vida útil definida, referindo-se, basicamente, aos desembolsos para aquisição de *softwares* por meio de contratos. São amortizados durante sua vida útil econômica estimada e são registrados pelo custo de aquisição e demais despesas para colocá-lo em disponibilidade de uso, deduzidos da amortização acumulada, calculada mensalmente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 13.

k. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade

Os imóveis de uso são revisados ao final de cada período de reporte para verificar se há alguma indicação/evidência de redução ao *valor recuperável* por meio de avaliação técnica por profissional contratado para este fim, conforme previsto na NBR 14653.

Uma perda por redução ao *valor recuperável* é reconhecida pelo valor ao qual o *valor contábil* do ativo excede seu *valor recuperável*. Ao passo que, uma reversão da perda por redução ao *valor recuperável* é reconhecida quando essa perda registrada em período anterior não mais exista ou tenha diminuído.

Este último é o valor mais alto entre o *valor justo* de um ativo menos os custos de venda e o *valor em uso*.

l. Ativos contingentes e provisões para passivos contingentes

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representados pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Instituição.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, lastreado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 16).

m. Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e pelos juros incorridos até a data do balanço, com base no critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

a. Composição geral

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Disponibilidades | 12 | 16 |
| Caixa | 12 | 16 |
| Aplicações interfinanceiras de liquidez/Títulos e valores mobiliários¹ | 3.338.967 | 2.996.048 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 3.338.979 | 2.996.064 |

i - Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM consideradas equivalentes de caixa:

| Título | Emissor | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---------------|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Op. Comp. | Banco do Brasil S.A. | 100.016 | - |
| CDI | Banco do Brasil S.A. | 3.231.189 | 2.990.543 |
| Fundo | BB CP Auto | 37 | 23 |
| Fundo | BB CP 400 mil | 103 | 101 |
| Fundo | BB RF CP Corporativo 10 milhões | 7.622 | 5.381 |
| Total | | 3.338.967 | 2.996.048 |

Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Os fundos não possuem vencimento pré-definido e podem ser resgatados a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 30 de junho de 2019 e 2018 as aplicações interfinanceiras estão assim demonstradas:

a. Composição

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Aplicações em depósitos interfinanceiros | 3.578.463 | 3.090.155 |
| Operações Compromissadas | 100.016 | - |
| Não ligadas | 3.478.447 | 3.090.155 |
| Classificação do Ativo | | |
| Circulante | 3.578.463 | 3.090.155 |

| | 0-30 | 31-180 | 181-365 | Total | % |
|--------------------|------------------|----------------|----------------|------------------|---------------|
| CDI-OVER | 3.231.189 | - | - | 3.231.189 | 90,30 |
| CDI-PÓS | 3.084 | 244.174 | - | 247.258 | 6,91 |
| Op. Compromissadas | 100.016 | - | - | 100.016 | 2,79 |
| Total | 3.334.289 | 244.174 | - | 3.578.463 | 100,00 |

Considerando o 1º semestre de 2019, a remuneração das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX foram as seguintes: 6,26% a.a. (6,48% a.a. no 1º semestre de 2018) para valores aplicados no Banco do Brasil, indexados ao CDI; 11,92% a.a. (5,38% a.a. no 1º semestre de 2018) para os Fundos de Investimento administrados pela BB DTVM; e 7,15% a.a. (8,36% a.a. no 1º semestre de 2018) para as aplicações em outras instituições.

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (registradas no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários nas demonstrações de resultados)

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez | 119.169 | 95.005 |
| Rendas de Aplicações em Operações Compromissadas | 1.960 | - |
| Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros | 117.209 | 95.005 |

6. Títulos e Valores Mobiliários – (TVM)

Em 30 de junho de 2019 e 2018, os TVM estão assim demonstrados:

a. Títulos e Valores Mobiliários – (TVM)

| | 30/06/2019 | | | 30/06/2018 | | | |
|--|-----------------------|-------------------------|---------------------------|-----------------------|-------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | Valor de custo | Valor de mercado | Marcação a mercado | Valor de custo | Valor de mercado | Marcação a mercado | |
| Vencimento em dias | 0-30 | 31-180 | 181-360 | Acima de 360 | Valor de custo | Valor de mercado | Marcação a mercado |
| 1-Títulos disponíveis para venda | 267.757 | 142.667 | 84.785 | 256.175 | 751.384 | 759.469 | 8.085 |
| Títulos públicos | - | - | 19.246 | 174.303 | 193.549 | 198.091 | 4.542 |
| CVS | - | - | - | 44.461 | 44.461 | 45.007 | 546 |
| LTN | - | - | 19.246 | 99.033 | 118.279 | 119.888 | 1.609 |
| NTN | - | - | - | 30.809 | 30.809 | 33.196 | 2.387 |
| Títulos privados | 267.757 | 142.667 | 65.539 | 81.872 | 557.835 | 561.378 | 3.543 |
| Cotas de Fundos | 267.757 | 54.668 | - | 1.937 | 324.362 | 324.363 | 1 |
| DPGE | - | 31.069 | - | - | 31.069 | 31.098 | 29 |
| LFS | - | 56.930 | 65.539 | 43.106 | 165.575 | 168.308 | 2.733 |
| LFSN | - | - | - | 36.829 | 36.829 | 37.609 | 780 |
| 2-Títulos mantidos até o vencimento | - | - | - | 226.099 | 226.099 | 229.562 | 3.463 |
| Títulos públicos | - | - | - | - | - | - | 195.357 |
| NTN | - | - | - | - | - | - | 195.357 |
| | | | | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2019
Valores expressos em milhares de Reais

| Vencimento em anos | 30/06/2019 | | | | | Total | | 30/06/2018 | | Total | |
|---------------------------------------|------------------------|---------------------------|----------------------------|-----------------------|----------------|------------------|--------------------|------------------|------------------|--------------------|--|
| | A vencer em até um ano | A vencer entre 1 e 5 anos | A vencer entre 5 e 10 anos | A vencer após 10 anos | Valor de custo | Valor de mercado | Valor de custo | Valor de mercado | Valor de custo | Valor de mercado | |
| Por categoria | 495.209 | 411.809 | 70.465 | - | 977.483 | 989.031 | 923.381 | 927.059 | | | |
| 1 - Títulos disponíveis para venda | 495.209 | 185.710 | 70.465 | - | 751.384 | 759.469 | 511.854 | 507.895 | | | |
| 2 - Títulos mantidos até o vencimento | - | 226.099 | - | - | 226.099 | 229.562 | 411.527 | 419.164 | | | |
| | 30/06/2019 | | | | | 30/06/2018 | | | | | |
| | Total | | | | | Total | | | | | |
| Vencimento em dias | 0-30 | 31-180 | 181-360 | Acima de 360 | Valor de custo | Valor de mercado | Marcação a mercado | Valor de custo | Valor de mercado | Marcação a mercado | |
| Por carteira | 267.757 | 142.667 | 84.785 | 482.274 | 977.483 | 989.031 | 11.548 | 923.381 | 927.059 | 3.678 | |
| Carteira própria | 267.757 | 142.667 | 84.785 | 482.274 | 977.483 | 989.031 | 11.548 | 923.381 | 927.059 | 3.678 | |

| | 30/06/2019 | | | 30/06/2018 | | |
|------------------|------------|----------------|---------|------------|----------------|---------|
| | Circulante | Não circulante | Total | Circulante | Não circulante | Total |
| Por carteira | 496.536 | 489.032 | 985.568 | 427.219 | 492.203 | 919.422 |
| Carteira própria | 496.536 | 489.032 | 985.568 | 427.219 | 492.203 | 919.422 |

b. Resumo da carteira consolidada por categoria

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|------------|------------|
| Por categoria | | |
| Títulos disponíveis para venda | 759.469 | 77% |
| Títulos mantidos até o vencimento | 226.099 | 23% |
| Valor contábil da carteira | 985.568 | 100% |
| Marcação a mercado mantido até o vencimento | 3.463 | 7.637 |
| Valor de mercado da carteira | 989.031 | 927.059 |

Os critérios de marcação a mercado dos títulos mantidos até o vencimento, para efeito de divulgação conforme quadros acima são os seguintes (para as demais aplicações, vide Nota Explicativa nº 3.d):

Cotas de fundo de investimento

Estão representadas relevantemente por títulos públicos federais, cujos critérios de marcação a mercado, utilizados pelos administradores, são aqueles descritos na Nota Explicativa nº 3.d.

Operações prefixadas

O valor a mercado de um título prefixado corresponde ao valor de vencimento (valor de resgate) do título trazido a valor presente pelo fator de desconto na data base do balanço (referente à data de vencimento do título) obtido com base na curva de juros prefixados verificada na [B]³ - Brasil, Bolsa, Balcão.

Operações pós-fixadas

O respectivo valor de mercado foi apurado pela variação da taxa do CDI exigido para operação similar na data base do balanço.

c. Resultado bruto de operações com títulos e valores mobiliários (registrado no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários nas demonstrações de resultados)

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|---------------|---------------|
| Títulos de renda fixa | 22.308 | 26.830 |
| Rendas de Fundos Mútuos de renda fixa | 11.719 | 5.046 |
| Rendas de Fundos de renda variável (*) | 1.954 | - |
| Total | 35.981 | 31.876 |

(*) Considerando a perda – valor de mercado, de R\$ 616

d. Reclassificação de categorias dos títulos e valores mobiliários

No 1º semestre de 2019 e 2018, não foram efetuadas reclassificações de categorias dos títulos e valores mobiliários.

7. Relações interfinanceiras**a. Composição**

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|------------------|------------------|
| Créditos vinculados | 1.218.446 | 1.161.916 |
| Banco Central - Recolhimentos obrigatórios | 1.118.954 | 1.068.301 |
| SFH - FGTS a ressarcir | 103 | - |
| SFH - Fundo de compensação de variações salariais | 99.389 | 93.615 |
| Principal com opção pela novação | 157.246 | 148.111 |
| (-) Provisão para perdas | (57.857) | (54.496) |
| Repasse interfinanceiros | 843.978 | 739.240 |
| Devedores por repasses de outros recursos | 843.978 | 739.240 |
| Total | 2.062.424 | 1.901.156 |
| Classificação do ativo | | |
| Circulante | 1.119.057 | 1.068.301 |
| Não circulante | 943.367 | 832.855 |
| Total | 2.062.424 | 1.901.156 |

b. Banco Central – Recolhimentos obrigatórios

A exigibilidade de encaixe obrigatório é apurada aplicando-se a alíquota de 20% (vinte por cento), observado o disposto no art. 4º da Circular BACEN nº 3.093, de 1º de março de 2002.

c. SFH – Fundo de compensação de variações salariais – situação da carteira com base em valores maio/2019

Registra as dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS com as instituições financiadoras, relativas a saldos devedores remanescentes da liquidação de contratos de financiamento habitacional firmados com mutuários finais do Sistema Financeiro da Habitação – SFH. A novação é efetuada entre o credor e a União, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000. O saldo do FCVS é de R\$ 157.246, em 30 de junho de 2019 (R\$ 148.111, em 30 de junho de 2018).

A provisão para perdas no montante de R\$ 57.857, em 30 de junho de 2019 (R\$ 54.496, em 30 de junho de 2018) é calculada para fazer frente às perdas decorrentes do processo de habilitação dos créditos com cobertura pelo FCVS, nos termos da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para a cobertura dos riscos decorrentes da não realização de parte desses créditos, não existindo expectativa de perdas adicionais (Nota Explicativa nº 3.e).

A base da Provisão é constituída da seguinte forma:

| Situação da carteira | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|----------------|----------------|
| A habilitar (i) | 33.386 | 32.657 |
| Habilitados e não homologados (ii) | 6.866 | 5.256 |
| Habilitados, homologados e em discussão (iii) | 41.292 | 40.108 |
| Habilitados e homologados (iv) | 37.031 | 28.362 |
| Negativa de cobertura (v) | 37.627 | 35.441 |
| Contratos novos (vi) | 269.932 | 254.251 |
| Outros | 134 | 5.429 |
| Total | 426.268 | 401.504 |

(i) Representa os saldos de contratos sujeitos à apreciação para serem habilitados.

(ii) Representa os saldos de contratos habilitados com a Administradora do FCVS que ainda não foram analisados pelo FCVS.

(iii) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS. Há uma diferença no montante de R\$ 16.570, no relatório com posição em 30 de junho de 2019 (diferença de R\$ 14.967, saldo em 30 de junho de 2018) a menor em relação aos saldos dos relatórios na POUPEX, para cujos contratos estão sendo imputados recursos com solicitação de revisão para a Administradora do FCVS, objetivando aproximar os valores apurados pelo FCVS aos da POUPEX. O referido valor encontra-se integralmente provisionado.

(iv) Representa os saldos de contratos homologados pela Administradora do FCVS, cujos valores apurados, com base na análise realizada, foram validados pela POUPEX.

(v) Representa os saldos de contratos habilitados pela Administradora do FCVS que estão sem ressarcimento em decorrência da negativa de cobertura por parte do FCVS.

(vi) Representa os saldos dos contratos evoluídos com os juros da novação da dívida, prevista na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

d. Repasse interfinanceiro

Decorre do convênio firmado com o Banco do Brasil S.A. em 26 de maio de 1998. O acordo contempla aspectos outros, de interesse recíproco, entre eles o depósito (Repasso Interfinanceiro) de percentual da captação de recursos provenientes da Poupança POUPEX, remunerado com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI.

e. Resultado das aplicações compulsórias e do repasse interfinanceiro

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|---------------|---------------|
| Créditos vinculados ao Banco Central | 26.362 | 28.535 |
| Juros de encaixe obrigatório | 26.362 | 28.535 |
| Desvalorização de Créditos Vinculados | (1.726) | (1.295) |
| Créditos vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação | 4.458 | 4.343 |
| Resultado das aplicações compulsórias (i) | 29.094 | 31.583 |
| Repasso interfinanceiro (ii) | 25.362 | 22.337 |
| Total | 54.456 | 53.920 |

(i) Registrado no grupo resultado das aplicações compulsórias nas demonstrações de resultados.

(ii) Registrado no grupo operações de crédito nas demonstrações de resultados, de acordo com o Plano Contábil do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, documento nº 8 - Demonstração do Resultado.

8. Operações de crédito**a. Composição da carteira de crédito por modalidade**

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|------------------|------------------|
| Empréstimos | 17.663 | 18.258 |
| Empréstimos com garantia imobiliária | 17.663 | 18.258 |
| Financiamentos Imobiliários | 1.602.202 | 1.678.844 |
| Financiamentos – Habitação | 1.596.691 | 1.672.840 |
| Financiamentos – Obras | 5.511 | 6.004 |
| Total da carteira de crédito | 1.619.865 | 1.697.102 |
| Provisão para crédito de liquidação duvidosa | (106.636) | (85.534) |
| Total da carteira de crédito líquido de provisões | 1.513.229 | 1.611.568 |
| Classificação do Ativo | | |
| Circulante | 218.613 | 246.673 |
| Não circulante | 1.294.616 | 1.364.895 |
| Total | 1.513.229 | 1.611.568 |

b. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco segregados por créditos em curso normal e anormal e operações vencidas e vincendas.

| | Carteira imobiliária - Operações por curso | | | | | | | | | | 30/06/2019 | |
|-------------------|--|----------------|---------------|--------------|--------------|---------------|------------|-----------|---------------|------------------|------------|-------|
| | Operações em curso normal (*) | | | | | | | | | | | Total |
| | AA | A | B | C | D | E | F | G | H | | | |
| Vincendas | | | | | | | | | | | | |
| 01 a 30 dias | 8.416 | 7.055 | 676 | 42 | 10 | 57 | 1 | 2 | 7.706 | 23.965 | | |
| 31 a 60 dias | 8.353 | 6.915 | 666 | 42 | 10 | 57 | 1 | 2 | 672 | 16.718 | | |
| 61 a 90 dias | 8.291 | 6.784 | 656 | 42 | 9 | 57 | 1 | 2 | 6.626 | 22.468 | | |
| 91 a 180 dias | 24.510 | 19.510 | 1.904 | 123 | 28 | 167 | 2 | 6 | 12.028 | 58.278 | | |
| 181 a 360 dias | 47.341 | 35.475 | 3.528 | 232 | 56 | 31.325 | 5 | 19 | 182 | 118.163 | | |
| Acima de 360 dias | 839.791 | 256.448 | 38.675 | 6.394 | 976 | 36.395 | 257 | 44 | 1.803 | 1.180.783 | | |
| Vencidas | | | | | | | | | | | | |
| 01 a 14 dias | - | 337 | 46 | 10 | - | 3 | - | 1 | 145 | 542 | | |
| Subtotal | 936.702 | 332.524 | 46.151 | 6.885 | 1.089 | 68.061 | 267 | 76 | 29.162 | 1.420.917 | | |

| | Carteira imobiliária - Operações por curso | | | | | | | | | | 30/06/2019 | |
|-------------------|--|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|--------------|--------------|---------------|------------------|------------|-------|
| | Operações em curso anormal (*) | | | | | | | | | | | Total |
| | AA | A | B | C | D | E | F | G | H | | | |
| Vincendas | | | | | | | | | | | | |
| 01 a 30 dias | - | 192 | 342 | 311 | 73 | 58 | 18 | 20 | 1.145 | 2.159 | | |
| 31 a 60 dias | - | 191 | 340 | 310 | 72 | 58 | 18 | 20 | 219 | 1.228 | | |
| 61 a 90 dias | - | 191 | 339 | 307 | 72 | 57 | 18 | 20 | 1.187 | 2.191 | | |
| 91 a 180 dias | - | 568 | 1.005 | 910 | 212 | 169 | 53 | 58 | 2.112 | 5.087 | | |
| 181 a 360 dias | - | 1.118 | 1.954 | 1.771 | 413 | 5.580 | 916 | 102 | 1.745 | 13.599 | | |
| Acima de 360 dias | - | 28.221 | 46.547 | 41.153 | 9.591 | 11.061 | 1.711 | 2.011 | 8.426 | 148.721 | | |
| Vencidas | | | | | | | | | | | | |
| 01 a 14 dias | - | - | 166 | 197 | 34 | 20 | 7 | 2 | 20 | 446 | | |
| 15 a 30 dias | - | 386 | 294 | 211 | 30 | 16 | 5 | 3 | 374 | 1.319 | | |
| 31 a 60 dias | - | - | 587 | 481 | 81 | 46 | 13 | 15 | 61 | 1.284 | | |
| 61 a 90 dias | - | - | - | 474 | 80 | 41 | 14 | 14 | 511 | 1.134 | | |
| 91 a 180 dias | - | - | - | 126 | 181 | 111 | 40 | 46 | 9.957 | 10.461 | | |
| 181 a 360 dias | - | - | - | - | - | 69 | 44 | 61 | 9.857 | 10.031 | | |
| Acima de 360 dias | - | - | - | - | - | - | - | - | 1.288 | 1.288 | | |
| Subtotal | - | 30.867 | 51.574 | 46.251 | 10.839 | 17.286 | 2.857 | 2.372 | 36.902 | 198.948 | | |
| Total | 936.702 | 363.391 | 97.725 | 53.136 | 11.928 | 85.347 | 3.124 | 2.448 | 66.064 | 1.619.865 | | |

| | Carteira imobiliária - Operações por curso | | | | | | | | | | 30/06/2018 | |
|-------------------|--|----------------|---------------|--------------|--------------|----------------|------------|------------|--------------|------------------|------------|-------|
| | Operações em curso normal (*) | | | | | | | | | | | Total |
| | AA | A | B | C | D | E | F | G | H | | | |
| Vincendas | | | | | | | | | | | | |
| 01 a 30 dias | 7.673 | 9.241 | 1.375 | 51 | 13 | 2.641 | 2 | 3 | 27 | 21.026 | | |
| 31 a 60 dias | 7.621 | 9.091 | 1.354 | 51 | 13 | 1.102 | 2 | 3 | 27 | 19.264 | | |
| 61 a 90 dias | 7.569 | 8.935 | 1.331 | 51 | 12 | 7.912 | 2 | 3 | 22 | 25.837 | | |
| 91 a 180 dias | 22.403 | 25.821 | 3.877 | 151 | 36 | 9.014 | 6 | 9 | 63 | 61.380 | | |
| 181 a 360 dias | 43.487 | 51.887 | 7.164 | 292 | 70 | 7.460 | 13 | 16 | 118 | 110.507 | | |
| Acima de 360 dias | 816.216 | 283.900 | 51.647 | 7.477 | 1.424 | 88.593 | 128 | 81 | 769 | 1.250.235 | | |
| Vencidas | | | | | | | | | | | | |
| 01 a 14 dias | - | 285 | 54 | 29 | 6 | 478 | - | - | - | 852 | | |
| Subtotal | 904.969 | 389.160 | 66.802 | 8.102 | 1.574 | 117.200 | 153 | 115 | 1.026 | 1.489.101 | | |

| | Carteira imobiliária - Operações por curso | | | | | | | | | | 30/06/2018 | |
|--------------|--|-----|-----|-----|----|----|----|----|-----|-------|------------|-------|
| | Operações em curso anormal (*) | | | | | | | | | | | Total |
| | AA | A | B | C | D | E | F | G | H | | | |
| Vincendas | | | | | | | | | | | | |
| 01 a 30 dias | 1 | 195 | 355 | 323 | 89 | 69 | 48 | 33 | 100 | 1.213 | | |
| 31 a 60 dias | 1 | 194 | 353 | 321 | 88 | 68 | 47 | 33 | 100 | 1.205 | | |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2019
Valores expressos em milhares de Reais

h. Outras informações

Contratos desequilibrados

A carteira de crédito da POUPEX possui na data base de 30 de junho de 2019 o total de contratos desequilibrados no valor de R\$ 137.830 (R\$ 148.462, em 30 de junho de 2018) de saldo devedor de contratos de operações de financiamento imobiliário com característica de alto desequilíbrio financeiro, ou seja, contratos em que a soma das prestações vinculadas às operações não são suficientes para a amortização integral do saldo devedor, remanescente, ao final da operação, parcela a amortizar. Foram celebrados no período de 1987 a 1994 e a ocorrência se deu em função do elevado processo inflacionário e insucessos de vários planos econômicos, bem como da utilização de índices distintos para atualizar a prestação (Plano de Equivalência Salarial) e dos saldos devedores pela remuneração básica da caderneta de poupança.

Sobre os contratos desequilibrados, a Diretoria da empresa adotou medida conservadora, provisionando valor suficiente para fazer face à alta probabilidade de perda na realização dessa carteira(nos contratos de 2018 a 2023), conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. A decisão foi de elevação dos níveis de risco para "H", com a constituição de provisão complementar, com a seguinte metodologia: contratos com término de prazo em 2018 e 2019, contabilizados em dezembro de 2018; término de prazo em 2020 para dezembro de 2019 e assim sucessivamente. O método adotado será concluído em 2023, resultando em provisão de 100% do saldo devedor de todos os contratos da carteira de "créditos desequilibrados". Além disso, a POUPEX mantém a ação de renegociação dos contratos na tentativa de reverter a provável perda.

O montante da provisão para essa carteira em 30 de junho de 2019 é de R\$ 87.819 (R\$ 60.457, em 30 de junho de 2018).

A provisão para os contratos adimplentes classificados no Nível E é de 37,75%, conforme determinação do Banco Central do Brasil – (BACEN). Quando computadas as operações em desequilíbrio classificadas nos diversos níveis de risco às operações em prejuízo com a mesma característica, o saldo, em 30 de junho de 2019, passa a ser de R\$ 206.255 (R\$ 212.057, em 30 de junho de 2018).

Créditos Renovados e Renegociados

| | Total da Carteira | |
|----------------------------------|-------------------|----------------|
| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
| Créditos Renegociados | 252.819 | 278.887 |
| Saldo inicial (i) | 354 | 1.859 |
| Recuperados do prejuízo (ii) | (2.006) | (5.028) |
| Transferidos para prejuízo (iii) | 3.634 | 3.899 |
| Renegociados (iv) | 65.230 | 39.433 |
| Renovados no semestre (v) | (38.930) | (39.442) |
| Liquidados (vi) | 887 | 1.001 |
| Juros incorporados (vii) | (11.094) | (14.257) |
| Valores amortizados (viii) | 270.894 | 266.352 |
| Saldo no final (ix) | | |

Composição dos Renegociados

| | | |
|-------------------------|----------------|----------------|
| Renovados | 202.218 | 196.565 |
| Renegociados por atraso | 68.676 | 69.787 |
| Total | 270.894 | 266.352 |

Onde:

- (i) **Saldo no início** - Corresponde ao saldo da referência anterior (2º semestre de 2018).
- (ii) **Recuperados do Prejuízo** - Corresponde ao saldo das operações que estavam em prejuízo na referência anterior e que foram recuperadas por pagamento ou refinanciamento no último semestre.
- (iii) **Transferidos para Prejuízo** - Corresponde ao saldo das operações historicamente refinanciadas e que, por reincidir na inadimplência, foi transferido para prejuízo no último semestre.
- (iv) **Renegociados** - Corresponde ao saldo das operações refinanciadas no último semestre.
- (v) **Renovados** – Créditos renovados de operações não vencidas.
- (vi) **Liquidados** - Corresponde ao saldo das operações liquidadas no último semestre.
- (vii e viii) **Juros Incorporados e Valores Amortizados** - Correspondem aos juros incorporados nas operações e às amortizações do período.
- (ix) **Saldo no final** - Corresponde ao saldo da referência atual.

9. Outros créditos

a. Composição do grupamento

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|---------------|---------------|
| Rendas a receber | 39 | 27 |
| Diversos | 71.618 | 72.526 |
| Adiantamento e antecipações salariais | 8.300 | 7.729 |
| Adiantamentos para pagamento de nossa conta | 502 | 205 |
| Devedores por depósitos em garantia | 5.458 | 5.089 |
| Pagamentos a ressarcir | 1.725 | 1.531 |
| Outros impostos/Contribuições a compensar | - | 8 |
| Títulos e créditos a receber | 902 | - |
| Devedores diversos – País | 54.731 | 57.964 |
| Total | 71.657 | 72.553 |

Classificação do ativo

| | | |
|----------------|---------------|---------------|
| Circulante | 65.452 | 66.727 |
| Não circulante | 6.205 | 5.826 |
| Total | 71.657 | 72.553 |

Rendas a receber

Registra os juros sobre capital próprio provenientes de investimentos.

Adiantamentos e antecipações salariais

Registra os adiantamentos e as antecipações concedidos aos empregados da Instituição.

Adiantamentos para pagamento de nossa conta

Registra os adiantamentos concedidos às Unidades Administrativas e Pontos de Atendimento.

Devedores por depósitos em garantia

Registra os depósitos decorrentes de exigências legais para interposição de recursos trabalhistas, mutuários e outros.

Pagamentos a ressarcir

Referem-se a valores a serem ressarcidos à Instituição referentes a seguros, programa de apoio à educação e outros.

Outros impostos/Contribuições a compensar

Registra valores de impostos e contribuições retidos na fonte por terceiros ou que a instituição tenha o direito de compensar, de acordo com a legislação tributária vigente.

Títulos e créditos a receber

Registra os valores a receber do contrato com Títulos de Capitalização da BRASILCAP.

Devedores diversos – País

Registra, por titular, as importâncias devidas à instituição por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país.

Composição

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|---------------|---------------|
| Poupança Livre - Não Sujeitas a Compulsório | 2.479 | 6.752 |
| Consignação a receber de terceiros | 12.918 | 15.459 |
| Cobrança | 1.936 | 3 |
| Complemento de prestações a receber | 4.338 | 4.030 |
| Valores a receber da FHE | 32.986 | 31.544 |
| Outros | 74 | 176 |
| Total | 54.731 | 57.964 |

Poupança Livre - Não sujeitas a compulsório

Refere-se a valores de poupança que ainda não sensibilizaram a conta de poupança da Instituição. Destaca-se neste item a movimentação valorizada, no valor de R\$ 2.479, considerada na competência de junho de 2019, em consonância com as normas legais, a ser baixada até o segundo dia útil do mês posterior.

Consignação a receber de terceiros

Refere-se a valores consignados de prestações imobiliárias e de prêmio de seguro que ainda não sensibilizaram a conta corrente da Instituição.

Cobrança

Corresponde a valores relacionados à carteira de cobrança dos mutuários.

Complementos de prestações a receber

Registram a diferença apurada entre os valores devidos e os valores pagos das prestações imobiliárias pelos mutuários.

Valores a receber da FHE

Registra o valor de responsabilidade da Fundação Habitacional do Exército - FHE sobre o custo de pessoal da POUPEX e de despesas de tecnologia.

10 Outros valores e bens

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|---------------|---------------|
| Composição | 30.661 | 27.122 |
| Outros valores e bens | 31.078 | 27.092 |
| Bens não de uso próprio | 187 | 290 |
| Material em estoque | (604) | (260) |
| Provisão para desvalorização de outros valores e bens | 72 | 75 |
| Despesas antecipadas | 30.733 | 27.197 |
| Total | | |
| Classificação do ativo | | |
| Circulante | 314 | 327 |
| Não circulante | 30.419 | 26.870 |
| Total | 30.733 | 27.197 |

Bens não de uso próprio

Registra os bens de propriedade da Instituição, recebidos em dação em pagamento, arrematação ou adjudicação de financiamentos habitacionais.

Material em estoque

Registra o valor de material de expediente adquirido para estoque.

Provisão para desvalorização de outros valores e bens

Registra o valor da provisão da não venda dos bens registrados na conta "bens em regime especial".

Despesas antecipadas

Registra os pagamentos antecipados de seguros e garantias estendidas.

11 Investimentos

Referem-se à participação acionária de 9,6521% na Companhia Brasileira de Securitização – CIBRASEC, no valor de R\$ 7.810, em 30 de junho de 2019 e 30 de junho de 2018. A POUPEX não possui nenhum tipo de influência significativa nessa investida.

O montante apropriado de juros e dividendos referente à participação acionária na CIBRASEC em 30 de junho de 2019 foi de R\$ 125 (R\$ 399, em 30 de junho de 2018).

12 Imobilizado de uso

| | Taxa de depreciação% | Custo | (Perda)/Reversão por Valor Recuperável | Depreciação | 1º Semestre | |
|-----------------------------------|----------------------|---------------|--|-----------------|----------------|----------------|
| | | | | | 2019 - líquido | 2018 - líquido |
| Edificações | 4 | 9.253 | (943) | (2.377) | 5.933 | 6.142 |
| Móveis e equipamentos de uso | 10 | 5.874 | - | (3.772) | 2.102 | 2.287 |
| Sistema de comunicação | 20 | 816 | - | (689) | 127 | 185 |
| Sistema de processamento de dados | 20 | 25.666 | - | (21.969) | 3.697 | 6.696 |
| Sistema de transportes | 20 | 890 | - | (753) | 137 | 308 |
| Total | | 42.499 | (943) | (29.560) | 11.996 | 15.618 |

| | Saldo inicial 31/12/2018 | Aquisições | Movimento 1º Semestre 2019 | | | Saldo final 30/06/2019 |
|-----------------------------------|--------------------------|------------|--|----------------------|----------------|------------------------|
| | | | (Perda)/Reversão por Valor Recuperável | Baixas/Transferência | Depreciação | |
| Edificações | 6.118 | - | - | - | (185) | 5.933 |
| Móveis e equipamentos de uso | 2.245 | 127 | - | (40) | (230) | 2.102 |
| Sistema de comunicação | 140 | 41 | - | (23) | (31) | 127 |
| Sistema de processamento de dados | 5.248 | 108 | - | (160) | (1.499) | 3.697 |
| Sistema de transportes | 222 | - | - | - | (85) | 137 |
| Total | 13.973 | 276 | - | (223) | (2.030) | 11.996 |

| | Saldo inicial 31/12/2017 | Aquisições | Movimento 1º Semestre 2018 | | | Saldo final 30/06/2018 |
|-----------------------------------|--------------------------|------------|--|----------------------|----------------|------------------------|
| | | | (Perda)/Reversão por Valor Recuperável | Baixas/Transferência | Depreciação | |
| Imobilizações em curso | - | - | - | - | - | - |
| Edificações | 6.327 | - | - | - | (185) | 6.142 |
| Móveis e equipamentos de uso | 2.380 | 171 | - | (40) | (224) | 2.287 |
| Sistema de comunicação | 243 | - | - | (11) | (47) | 185 |
| Sistema de processamento de dados | 7.734 | 804 | - | (139) | (1.703) | 6.696 |
| Sistema de transporte | 393 | - | - | - | (85) | 308 |
| Total | 17.077 | 975 | - | (190) | (2.244) | 15.618 |

O índice de imobilização na POUPEX em relação ao patrimônio de referência é de 2,47%, em 30 de junho de 2019 (3,26%, em 30 de junho de 2018), sendo o limite máximo de 50% definido pelo BACEN.

13 Intangível

Refere-se à aquisição de licenças de uso de *softwares*, sistemas e desenvolvimento. A amortização é efetuada de acordo com vida útil estimada após a entrada em produção.

| | 1º Semestre de 2019 | | | | | Saldo Final 30/06/2019 |
|---|--------------------------|---------|--------|-----------------|-------------|------------------------|
| | Saldo inicial 31/12/2018 | Adições | Baixas | Reclassificação | Amortização | |
| Licenças de uso de <i>Softwares</i> , Sistemas e Desenvolvimento. | 15.552 | - | - | - | (2.567) | 12.985 |

| | 1º Semestre de 2018 | | | | | Saldo Final 30/06/2018 |
|---|--------------------------|---------|--------|-----------------|-------------|------------------------|
| | Saldo inicial 31/12/2017 | Adições | Baixas | Reclassificação | Amortização | |
| Licenças de uso de <i>Softwares</i> , Sistemas e Desenvolvimento. | 22.702 | - | - | - | (3.576) | 19.126 |

14 Depósitos

a. Interfinanceiros

Depósitos Interfinanceiros Imobiliários - O valor atualizado do DII na posição 30 de junho de 2019 é de R\$ 313.515 (em 30 de junho de 2018 R\$ 53.748).

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|-----------------------------|--------------|------------|
| Despesas de captação | 6.834 | 917 |
| DII | 6.834 | 917 |

Despesas de captação com depósitos interfinanceiros (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultado)

b. A prazo

As obrigações inscritas em "Depósitos a Prazo", no valor de R\$ 966.425, em 30 de junho de 2019 (R\$ 883.037, em 30 de junho de 2018), compreendem os Depósitos Especiais, compostos pelo Fundo das três Forças: Exército, Marinha e Aeronáutica (remuneração é vinculada à taxa DI e à TR mais juros de 6,5% a.a.) e da Fundação Habitacional do Exército – FHE (remunerado pela TR mais juros de 6,5% a.a.). Esses recursos são depositados nos termos dos artigos 13 a 15 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Os referidos depósitos não possuem prazo de vencimento e sua liquidez é diária.

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|-----------------------------|---------------|---------------|
| Despesas de captação | 33.116 | 28.838 |
| Depósitos especiais | 33.116 | 28.838 |

Despesas de captações com depósitos especiais (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultados).

15 Recursos de aceites e emissão de títulos

Letras de Crédito Imobiliários – LCI negociadas por meio de corretoras

Referem-se a LCIs emitidas pela POUPEX e que estão disponibilizadas ao mercado por meio de corretoras contratadas para negociar os lotes. Os títulos emitidos atingem a disponibilidade para resgate a partir do 90º dia de sua venda, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.410, de 28 de maio de 2015. Atualmente, a POUPEX disponibiliza LCI pela corretora PI-Santander.

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|----------------|----------------|
| Letras de Crédito Imobiliário – LCI | 292.371 | 288.088 |
| Títulos com opção de resgate atingida | 232.500 | 209.202 |
| Emissão compreendida entre 1 e 90 dias | 59.871 | 78.886 |

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|-------------------------|--------------|--------------|
| Despesas com LCI | 9.720 | 8.766 |
| Juros LCI | 9.603 | 8.450 |
| Comissão LCI | 117 | 316 |

Despesas de captação com LCI (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultados).

16 Outras obrigações

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|----------------|----------------|
| Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados | 22 | 39 |
| Fiscais e previdenciárias | 11.556 | 11.156 |
| Diversas | 93.992 | 94.028 |
| Total | 105.570 | 105.223 |

a. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Registra os Impostos sobre Operações Financeiras – IOF incidentes sobre empréstimos e financiamentos de imóveis comerciais e outros.

b. Fiscais e Previdenciárias

Registra os tributos devidos pela Instituição ou retidos na fonte.

c. Diversas

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|---------------|---------------|
| Obrigações com vendedores de imóveis / financiados (c.1) | 8.588 | 6.028 |
| Obrigações por contribuições ao SFH (c.2) | 1.163 | 1.112 |
| Provisão para pagamentos a efetuar (c.3) | 51.657 | 48.641 |
| Despesas de pessoal | 50.859 | 47.557 |
| Outras despesas administrativas e pagamentos | 798 | 1.084 |
| Provisão para contingências (c.4) | 15.503 | 21.272 |
| Recursos do FGTS para amortização de financiamentos | 1.159 | 1.087 |
| Parcelas de prêmios de seguros diversos a repassar | 582 | 1.002 |
| Valores transitórios - Sistema PEX (c.5) | 9.711 | 41 |
| Encargos e amortizações recebidas – Financiamentos | 2.985 | 2.448 |
| Valores sob análise – Sistema de Controle de Mutuários | 1.014 | 17 |
| Valores sob análise – BB Conta Movimento | 716 | 140 |
| Poupança livre – não sujeitas a compulsório (c.5) | 45 | 2.640 |
| Outros credores | 869 | 9.600 |
| Total | 93.992 | 94.028 |

c.1. Obrigações com financiados/vendedores de imóveis

Registra as importâncias a serem liberadas aos mutuários, de acordo com o cronograma da obra referente ao financiamento para construção, e às pessoas físicas e jurídicas que venderam imóveis financiados pela Instituição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2019
 Valores expressos em milhares de Reais

para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS) pelo STF no julgamento do RE nº 390.840-5/MG, foi requerida judicialmente a aplicação dos seus efeitos à POUPEX. Adicionalmente, a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 79, item XII, revogou esse dispositivo. O pleito encontra-se pendente de julgamento de Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça.

Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, no montante de R\$ 7.792, em 31 de dezembro de 2017, foram integralmente revertidos, em 2 de janeiro de 2018, em função do prazo prescricional.

A POUPEX solicitou no requerimento acima a restituição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, eventualmente recolhidos, ou recolhidos a maior, ou sua compensação com quaisquer tributos ou contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, caso a decisão seja favorável a esta Instituição.

Os créditos tributários recolhidos, atualizados pela taxa SELIC, referentes à COFINS perfazem o montante de R\$ 162.581 e ao PIS, o de R\$ 18.451. Esses valores referem-se a contingências ativas e, por esse motivo, não estão registrados no ativo da POUPEX.

c.5. Sistema PEX/Poupança Livre - Não sujeitas a compulsória

Refere-se a valores de poupança que ainda não sensibilizaram a conta de poupança da Instituição.

d. Passivos contingentes - Risco possível

As demandas classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009. As demandas são classificadas como possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Instituição.

| | Quantidade | 30/06/2019 | Quantidade | 30/06/2018 |
|--------------------------------|------------|--------------|------------|--------------|
| Condomínio | 1 | 20 | - | - |
| Crédito Imobiliário | 240 | 2.816 | 320 | 1.353 |
| Empréstimo Simples | 11 | 60 | 13 | 56 |
| Fundo de Apoio Moradia – (FAM) | 1 | 25 | 2 | 37 |
| Material de Construção | - | - | 3 | 3 |
| Poupança | 53 | 1.226 | 55 | 947 |
| Trabalhista (vide nota ii.1) | 6 | 4.433 | 6 | 4.156 |
| Outros | 3 | 9 | 3 | 3 |
| Total | 315 | 8.589 | 402 | 6.555 |

Ações - Condomínio

Objeto das ações: representam pedidos de pagamento de taxas condominiais vencidas e não pagas pelos mutuários, realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito imobiliário

Objeto das ações: representam pedidos de revisão de sistema de amortização, índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promoção de execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial – (PES), substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)

Objeto das ações: revisão de contrato, sistema de amortização, nulidade de cláusulas (do seguro de proteção financeira e vencimento antecipado), indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Material de construção

Objeto das ações: revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Poupança

Com fulcro no disposto na Cláusula 11, itens 11.10 e 11.12, do Instrumento de Acordo Coletivo, que versa sobre planos econômicos, firmado em 11 de dezembro de 2017, entre FEBRABAN e entidades representativas dos poupadores, com a intervenção do BACEN e com a mediação da AGU, a Associação de Poupança e Empréstimo POUPEX aderiu ao referido instrumento e apresentou seu termo de adesão, nos autos do Recurso Extraordinário nº 631.363/SP, em curso no Supremo Tribunal Federal, para que surta os seus efeitos jurídicos. A POUPEX possui provisão para fazer frente a todos os resultados das negociações judiciais vindouras desde a adesão ao "Instrumento de Acordo Coletivo", não acarretando nenhum impacto aos resultados futuros da Instituição.

17 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da POUPEX é composto dos seguintes itens:

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| Patrimônio Líquido | 6.596.996 | 6.334.525 |
| Recursos de associados poupadores | 5.519.158 | 5.306.101 |
| Reservas de Resultados | 1.035.172 | 996.095 |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 8.085 | (4.003) |
| Resultados Acumulados | 34.581 | 36.332 |

a. Recursos de associados poupadores

Representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na Nota Explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central do Brasil – BACEN, os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Líquido e não no Passivo Exigível por se tratar de Instituição de Associação de Poupança e Empréstimo – APE.

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|-----------------------------|----------------|----------------|
| Despesas de captação | 128.831 | 123.085 |
| Depósitos de Poupança | 125.295 | 119.403 |
| FGC | 3.536 | 3.682 |

Despesas de captações com depósitos de poupança (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultados).

b. Reservas de resultados

Trata-se de reserva estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no imobilizado. O Conselho de Administração, por meio da Resolução nº 002, de 17 de abril de 2001, limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ou reforço ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

Representa a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários (TVM) classificados na categoria disponível para venda.

18 Desdobramento de outros itens das demonstrações de resultados
a. Outras receitas operacionais

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|---------------|---------------|
| Recuperação de encargos e despesas | 5.316 | 5.621 |
| Reversão de imposto de renda | 962 | 811 |
| Reversões de ações judiciais | 1.438 | 1.370 |
| Outras reversões de provisões operacionais | 240 | 7.792 |
| Reversão-complemento de prestação | 681 | 638 |
| Outras rendas operacionais | 1.409 | 599 |
| Total | 10.046 | 16.831 |

b. Despesas de pessoal

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--------------------------|---------------|---------------|
| Salários | 36.331 | 33.401 |
| Benefícios | 7.869 | 7.456 |
| Encargos sociais | 17.351 | 14.573 |
| Treinamentos/estagiários | 984 | 805 |
| Total | 62.535 | 56.235 |

c. Outras despesas administrativas

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|---------------|---------------|
| Despesas de comunicação | 724 | 966 |
| Despesas de manutenção e conservação de bens | 1.830 | 1.440 |
| Despesas de material | 531 | 573 |
| Despesas de processamento de dados | 822 | 1.049 |
| Despesas de promoções e relações públicas | 1.271 | 740 |
| Despesas de propaganda e publicidade | 430 | 713 |
| Despesas de publicações | 376 | 365 |
| Despesas de serviços do sistema financeiro | 1.692 | 1.849 |
| Despesas de serviços de terceiros | 1.238 | 1.148 |
| Despesas de serviços técnicos especializados | 1.130 | 1.126 |
| Despesas de transportes | 232 | 229 |
| Despesas de viagens | 369 | 309 |
| Despesas com indenizações trabalhistas | 58 | 2 |
| Despesas com uniformes | 234 | 67 |
| Despesas de copa e cozinha | 336 | 362 |
| Despesas de consignação | 439 | 437 |
| Despesas de depreciação/amortização | 4.801 | 5.941 |
| Outras | 293 | 34 |
| Total | 16.806 | 17.350 |

d. Despesas tributárias

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|------------------|---------------|--------------|
| IPTU | 168 | 93 |
| ITR | 167 | - |
| ITBI | 269 | 176 |
| Imposto de renda | 3.154 | 2.359 |
| IOF | 322 | 295 |
| ISS | 136 | 118 |
| COFINS | 5.253 | 5.041 |
| PIS | 854 | 819 |
| Diversos | 34 | 44 |
| Total | 10.357 | 8.945 |

e Outras despesas operacionais

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|--------------|---------------|
| Retomada de imóveis | 1.326 | 1.709 |
| Contribuições para associações | 155 | 156 |
| Atualizações diversas | 162 | 216 |
| Resíduos de prestação/amortização/seguros | 37 | 115 |
| Descontos concedidos em renegociação | - | 6.436 |
| Provisões para perdas com FCVS | 29 | 1 |
| Prejuízo com financiamento/sinistro | 1.618 | 2.145 |
| Despesas de provisões passivas | 3.345 | 5.189 |
| Complemento/Devolução de prestações | - | 1.307 |
| Despesas com imóveis de terceiros | 271 | 721 |
| Disp. Ações de Mutuár./Assoc. Poupadores | 155 | 209 |
| Outras | 292 | 66 |
| Total | 7.390 | 18.270 |

f. Resultado não operacional

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|------------|--------------|
| Resultados na alienação de valores e bens | 2.233 | 1.639 |
| Prejuízos na alienação de valores e bens/permanente | (1.023) | (164) |
| Despesas com provisões não operacionais | (289) | - |
| Total | 921 | 1.475 |

19 Partes relacionadas

A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército – FHE, conforme dispositivo previsto na Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e estatutos de ambas. Nos termos dessa legislação, os administradores da POUPEX são cedidos e designados pela Fundação Habitacional do Exército – FHE. Os custos com remunerações, formados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, e outros benefícios atribuídos aos administradores da POUPEX, estão assim demonstrados:

| Composição da Remuneração: | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|-----------------------------------|--------------|--------------|
| Honorários | 1.814 | 1.917 |
| Benefícios pós-emprego | 238 | 280 |
| Total | 2.052 | 2.197 |

Divulgamos a seguir as transações existentes com a FHE:

Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército – FHE. Em decorrência disto, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal (exceto Diretoria) e de recursos de despesas de tecnologia, na proporção de 64,59% e 91,00%, respectivamente. No 1º semestre de 2019, o montante de ressarcimento foi de R\$ 116.826 (R\$ 113.469, no 1º semestre de 2018).

Depósitos – No grupo de depósito a prazo registram-se os depósitos especiais da FHE remunerados pela TR mais 6,5% de juros ao ano, cujo encargo totalizou, no 1º semestre de 2019, R\$ 6.881 (R\$ 5.021, no 1º semestre de 2018).

Cessão de Crédito – Refere-se a financiamentos cedidos a esta instituição. A FHE não efetuou operação de cessão de crédito à POUPEX no 1º semestre de 2019. No 1º semestre de 2018, o valor foi de R\$ 170.073.

Operações de crédito concedidas à FHE – Em julho e em novembro de 2018, a POUPEX concedeu financiamentos à Fundação Habitacional do Exército – FHE para construção de unidades habitacionais (Grand Quartier – Brasília-DF e Flamboyant Residence Prime – Goiânia - GO), no valor de R\$ 64.443, garantidos por meio de hipoteca em 1º grau dos terrenos e das benfeitorias, conforme Deliberações POUPEX nºs 26 e 27, de 18 de abril de 2018. Em 30 de junho de 2019, o saldo devedor é de R\$ 24.471.

a. As transações com a Instituição de previdência complementar estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20.

Os saldos patrimoniais e de resultado das operações com a Fundação Habitacional do Exército – FHE estão assim resumidos:

| | 30/06/2019 | | | | 30/06/2018 | | | |
|-----------------------------|---------------|---------------|---------------|-------------|---------------|-------------|---------------|-------------|
| | Ativo | | Passivo | | Ativo | | Passivo | |
| | Curto prazo | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo | Curto prazo | Longo prazo |
| Ressarcimento | 32.986 | - | - | - | 31.544 | - | - | - |
| Folha de pessoal | 31.039 | - | - | - | 28.736 | - | - | - |
| Custo de processamento | 1.947 | - | - | - | 2.808 | - | - | - |
| Depósito especial | - | - | 82.075 | - | - | - | 75.463 | - |
| FHE | - | - | 82.075 | - | - | - | 75.463 | - |
| Financiamentos | - | 24.471 | - | - | - | - | - | - |
| Financiamento a empresários | - | 24.471 | - | - | - | - | - | - |
| Total | 32.986 | 24.471 | 82.075 | - | 31.544 | - | 75.463 | - |

Contas de resultado

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|-------------------------|------------|------------|
| Ressarcimento - pessoal | 102.952 | 95.377 |
| Ressarcimento - TI | 13.874 | 18.092 |
| Encargos de captação | (6.881) | (5.021) |

20 Benefício a empregados (fundo de pensão)
a. Descrição geral das características do plano

O Plano Misto de Benefícios POUPREV estrutura-se na modalidade de Contribuição Variável, sendo Contribuição Definida para os benefícios programados a conceder e Benefício Definido para os benefícios de risco a conceder. Os benefícios concedidos são vitalícios.

O Plano é patrocinado pela POUPEX - Associação de Poupança e Empréstimo, patrocinador principal e pela POUPREV - Fundação de Seguridade Social, a qual é a administradora e executora do Plano de benefícios em epígrafe, com início em abril de 2000.

| Características | Plano Misto de Benefícios POUPREV |
|---|--|
| Modalidade (consoante a Resolução MPS/CGPC 16/2005) | Contribuição Variável – (CV) |
| Situação | Ativo/Em funcionamento |
| | POUPREV - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL e ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX |
| Patrocinadores | Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 |
| Tipo de Patrocínio | 1 (um) |
| Quantidade de Grupo de Custeio | Última alteração aprovada por meio da Portaria MPS/PREVIC nº 50.041, de 22 de dezembro de 2016 |

Texto Regulamentar vigente

São assegurados pelo Plano os seguintes benefícios:

- > Renda de Aposentadoria;
- > Renda de Aposentadoria por Invalidez;
- > Renda de Pensão por Morte;e
- > Renda de Abono Anual.

Segundo o Plano Anual de Custeio, o Plano Misto de Benefícios POUPREV é financiado por contribuições dos participantes e patrocinadoras, sendo que, destas, a POUPEX vem assumindo o custeio integral dos benefícios de risco (Renda de Aposentadoria por Invalidez e Renda de Pensão por Morte).

Consoante ao Parecer Atuarial, emitido por atuário habilitado e responsável pelo Plano, junto à Previc, a Entidade Gestora (POUPREV), por decisão de seu Conselho Deliberativo, aprovou a utilização dos recursos constituídos no Fundo Coletivo de Desligamento para dar cobertura às contribuições normais para benefícios de risco (Invalidez e Morte), sendo este mecanismo previsto em Nota Técnica Atuarial.

Cumprir destacar que a última alteração regulamentar, aprovada por meio da Portaria MPS/PREVIC nº 50.041, de 22 de dezembro de 2016, trouxe novas formas de percepção de benefício programado no Plano, considerando a modalidade de Contribuição Definida – CD.

b. Avaliação atuarial do benefício pós-emprego

A avaliação atuarial do benefício pós-emprego consiste em dimensionar o compromisso e o respectivo custo atuarial gerado pelo Plano Misto de Benefícios POUPREV, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), para o 1º semestre de 2019, considerando os dados e as informações disponibilizadas, estudos de *Duration* do Passivo, previamente dimensionado pela Consultoria e Assessoria Atuarial – WEDAN, bem como hipóteses e parâmetros atuariais previamente estudados.

b.1 Estatística descritiva populacional

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano Misto de Benefícios POUPREV na data base de 31 de maio de 2019, utilizada nesta Avaliação Atuarial, comparativamente, àquela utilizada na avaliação anterior, que estava posicionada em 30 de novembro de 2018:

| Estatística populacional | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|------------|------------|
| Participantes Ativos | 1.245 | 1.239 |
| Idade Média (anos) | 41 | 41 |
| Participantes Autopatrocinaados (*) | 7 | 9 |
| Idade Média (anos) | 45 | 45 |
| Participantes em BPD | 3 | 6 |
| Idade Média (anos) | 55 | 58 |
| Aposentados Válidos | 6 | 5 |
| Idade Média (anos) | 73 | 73 |
| Aposentados Inválidos | 11 | 10 |
| Idade Média (anos) | 60 | 60 |
| Pensionistas (número de beneficiários) | 17 | 17 |
| Idade Média (anos) | 45 | 45 |

* Não considerado para fins de Avaliação Atuarial.

b.2 Análise da qualidade da base cadastral

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das Avaliações Atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

A base cadastral posicionada em 31 de maio de 2019 foi submetida à análise de consistência e testes de suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes e, após ratificações da Entidade administradora, julgadas adequadas para fins de Avaliação Atuarial, consoante o Pronunciamento CPC 33 (R1).

b.3 Apuração de Duration do passivo

Uma vez validada a base cadastral, a Consultoria e Assessoria Atuarial - WEDAN promoveu a apuração da *Duration* (duração) do passivo do Plano Misto de Benefícios POUPREV, considerando as Hipóteses e Premissas Atuariais adotadas na Avaliação Atuarial do 2º semestre de 2018, resultando no valor de 15,41 pontos (em 31 de maio de 2019).

Considerando o valor da *Duration* calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 28 de junho de 2019 (último dia útil do semestre), auferindo a Taxa Real de Juros em 3,67% ao ano a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

c. Hipóteses e premissas atuariais

As Hipóteses e as Premissas Atuariais correspondem a instrumentos financeiros, estatísticos e demográficos utilizados pelos atuários para medir o valor presente das obrigações e os deveres futuros, considerando desde as probabilidades decrementais (eventos de morte, sobrevivência, morbidez, invalidez e desligamento), até a expectativa de rentabilidade futura, projeções salariais, ambiente inflacionário, entre outros, observado o que determina o Pronunciamento CPC 33 (R1).

Os cálculos atuariais inerentes a um plano de benefícios regido com características de Benefício Definido – BD têm como base as Hipóteses e as Premissas Atuariais, que envolvem, independentemente do método atuarial de capitalização utilizado, projeções futuras acerca dos parâmetros acima elencados, devendo estes estarem adequados às características do conjunto de participantes/assistidos e ao respectivo Regulamento, conforme legislação previdenciária aplicável. Neste contexto, a Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, estabeleceu os parâmetros técnico-at

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2019
Valores expressos em milhares de Reais

| Hipóteses e premissas atuariais | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|----------------------------|----------------------------|
| Elegibilidade | Primeira elegibilidade | Primeira elegibilidade |
| Regime financeiro | Capitalização | Capitalização |
| Método de financiamento | Crédito unitário projetado | Crédito unitário projetado |
| Composição familiar | | |
| Ativos | Hx (EXP. POUPEV 2015) | Hx (EXP. POUPEV 2015) |
| Aposentados | Cadastro individual | Cadastro individual |
| Crescimento real de salários | 3,78% | 3,65% |
| Taxa de rotatividade | GAMA – ROT | GAMA – ROT |
| Taxa real anual de juros | 3,67% | 5,91% |
| Taxa de inflação projetada | 4,40%* | 3,99%* |
| Taxa anual de juros | 8,23% | 10,14% |
| Expectativa de retorno dos ativos financeiros | 8,23% | 10,14% |
| Tábua de entrada em invalidez | MÜLLER | MÜLLER |
| Tábua de mortalidade de inválidos | AT-49 M (Agravada em 100%) | AT-49 M (Agravada em 100%) |
| Tábua de mortalidade geral | RP-2000 M&F | RP-2000 M&F |
| Índice de atualização | INPC | INPC |
| Principais hipóteses atuariais | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
| Crescimento real de salários | 3,78% | 3,65% |
| Taxa real anual de juros | 3,67% | 5,91% |
| Tábua de mortalidade geral | RP-2000 M&F | RP-2000 M&F |

(*) Definida pela Patrocinadora.

d. Demonstrativo técnico de resultado

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33 (R1), o Plano Misto de Benefícios POUPEV está segregado em Benefício Definido – (BD) e Contribuição Definida – (CD), conforme a seguir apresentado:

| 1º Semestre 2019 | | | |
|------------------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Itens | Parte BD | Parte CD | Total |
| Obrigações atuariais | (39.777) | (330.678) | (370.455) |
| Ativo justo | 85.619 | 330.678 | 416.297 |
| (Déficit) / Superávit | 45.842 | - | 45.842 |

| Itens | Parte BD | Parte CD | Total |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|--------------|
| Contribuições normais | 396 | 5.998 | 6.394 |
| Contribuições administrativas | - | - | - |
| Contribuições extraordinárias | - | - | - |
| Totais | 396 | 5.998 | 6.394 |

| 1º Semestre 2018 | | | |
|------------------------------|-----------------|-----------------|---------------|
| Itens | Parte BD | Parte CD | Total |
| Obrigações atuariais | (28.033) | (262.980) | (291.013) |
| Ativo justo | 68.009 | 262.980 | 330.989 |
| (Déficit) / Superávit | 39.976 | - | 39.976 |

| Itens | Parte BD | Parte CD | Total |
|-------------------------------|-----------------|-----------------|--------------|
| Contribuições normais | 766 | 5.528 | 6.294 |
| Contribuições administrativas | 10 | 71 | 81 |
| Contribuições extraordinárias | - | - | - |
| Totais | 776 | 5.599 | 6.375 |

d.1 Conciliação dos ativos do plano

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Valor do ativo justo no início do período | 75.718 | 65.692 |
| Receita de juros dos ativos | 3.700 | 3.299 |
| Contribuições do patrocinador | 396 | 766 |
| Benefícios pagos | (592) | (516) |
| Ganhos / (Perdas) sobre o ativo justo | 6.397 | (1.232) |
| Valor do ativo justo no final do período | 85.619 | 68.009 |

d.2 Conciliação do valor presente da obrigação de BD

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Valor da obrigação atuarial no início do período | (33.410) | (30.296) |
| Custo de juros líquido | (1.756) | (1.636) |
| Custo do serviço corrente líquido | (2.067) | (2.016) |
| Benefícios pagos | 592 | 516 |
| Ganhos / (Perdas) sobre a obrigação atuarial | (3.136) | 5.399 |
| - Ganhos / (Perdas) decorrentes da experiência | 2.816 | 3.777 |
| - Ganhos / (Perdas) decorrentes de mudanças biométricas | - | - |
| - Ganhos / (Perdas) decorrentes de mudança financeira | (5.952) | 1.622 |
| Valor da obrigação atuarial no final do período | (39.777) | (28.033) |

d.3 Conciliação do efeito do teto do ativo (asset ceiling)

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Valor do Efeito do Teto do Ativo no início do período | (42.308) | (35.396) |
| Receita de Juros sobre o Teto do Ativo | (1.944) | (1.663) |
| Ganhos / (Perdas) sobre o Teto do Ativo | (1.590) | (2.917) |
| Valor do Efeito do Teto do Ativo no final do período | (45.842) | (39.976) |

d.4 Reconhecimento na DRE da patrocinadora

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Custo do serviço corrente líquido | (2.067) | (2.016) |
| - Custo do serviço corrente líquido | (2.067) | (2.016) |
| Custo de juros líquido | - | - |
| - Custo de juros da obrigação | (1.756) | (1.636) |
| - Receita de juros dos ativos | 3.700 | 3.299 |
| - Juros sobre o teto do ativo | (1.944) | (1.663) |
| Total a ser reconhecido | (2.067) | (2.016) |

d.5 Reconhecimento em outros resultados abrangentes

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Ganhos / (Perdas) sobre o ativo justo | 6.397 | (1.232) |
| Ganhos / (Perdas) sobre a obrigação atuarial | (3.136) | 5.399 |
| - Ganhos / (Perdas) decorrentes da experiência | 2.816 | 3.777 |
| - Ganhos / (Perdas) decorrentes de mudanças biométricas | - | - |
| - Ganhos / (Perdas) decorrentes de mudança financeira | (5.952) | 1.622 |
| Ganhos / (Perdas) sobre o teto do ativo | (1.590) | (2.917) |
| Total a ser reconhecido | 1.671 | 1.250 |

d.6 Reconhecimento no balanço da patrocinadora

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Ativo justo do plano | 85.619 | 68.009 |
| Valor presente da obrigação de benefício definido | (39.777) | (28.033) |
| Superávit / (Déficit) do plano | 45.842 | 39.976 |
| Efeito do teto do ativo | (45.842) | (39.976) |
| Status da obrigação de benefício definido | - | - |

Resumos dos lançamentos

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|-------------------|-------------------|
| Passivo / Ativo reconhecido no início do período | - | - |
| Despesa do período (DRE) | (2.067) | (2.016) |
| Outros resultados abrangentes (ORA) | 1.671 | 1.250 |
| Contribuições do patrocinador (CAIXA) | 396 | 766 |
| Passivo / Ativo reconhecido no final do período | - | - |

d.7 Apuração do ativo justo do plano

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|
| Realizável | 7.543 | 6.523 |
| Títulos públicos | 248.793 | 198.904 |
| Créditos privados e depósitos | 61.780 | 52.741 |
| Fundos de investimentos | 113.377 | 78.705 |
| Empréstimos | 25.249 | 25.693 |
| Exigível operacional | (4.159) | (4.575) |
| Fundo previdencial | (29.548) | (21.991) |
| Fundo administrativo | (7.543) | (6.523) |
| Fundo de investimentos | (3.969) | (3.333) |
| Ajuste para mercado | 4.774 | 4.845 |
| Ativo justo total | 416.297 | 330.989 |
| Parte-BD | 85.619 | 68.009 |
| Parte-CD | 330.678 | 262.980 |

d.8 Categorias de investimentos dos ativos

| | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|------------------------------|-------------------|-------------------|
| Realizável | 1,65% | 1,80% |
| Títulos públicos | 54,47% | 54,86% |
| Crédito privados e depósitos | 13,53% | 14,55% |
| Fundos de investimentos | 24,82% | 21,70% |
| Empréstimos | 5,53% | 7,09% |

d.9 Política de investimento dos ativos

A POUPEV (Entidade Administradora do Plano de Benefícios) aplica os recursos financeiros do Plano Misto de Benefícios POUPEV em conformidade com a Política de Investimentos para o quinquênio 2019 - 2023, com revisão anual.

Os princípios, as metodologias e os parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos buscam garantir a segurança, a solvência, a liquidez e a rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos patrimoniais e passivo do Plano, bem como evitar exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano de Benefícios.

No decorrer do exercício, a Política de Investimentos seguiu os ditames da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, vigente até a publicação da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, que a revogou e estabeleceu novos parâmetros, inclusive quanto à aplicação dos recursos. Permanecem, contudo, como *benchmarks*, ainda, o indexador do Plano, INPC-IBGE (referente aos benefícios em BD) acrescido de 4,50% ao ano, concernente aos juros reais.

Por fim, a Política de Investimentos analisou todos os riscos e adotou as melhores práticas na gestão dos recursos financeiros do Plano.

d.10 Análise de sensibilidade das principais hipóteses

| | Tábua Biométrica | | Crescimento Salarial | | Taxa de Juros | | Posição de 30/06/2019 |
|---|-------------------------|------------------|-----------------------------|----------------|----------------------|----------------|------------------------------|
| | + 1 Idade | - 1 Idade | + 0,25% | - 0,25% | + 0,25% | - 0,25% | |
| Montantes do: | | | | | | | |
| Valor presente da obrigação atuarial do plano | (40.266) | (39.364) | (40.373) | (39.206) | (38.465) | (41.165) | (39.777) |
| Valor justo dos ativos do plano | 85.619 | 85.619 | 85.619 | 85.619 | 85.619 | 85.619 | 85.619 |
| Superávit / (Déficit) técnico do plano | 45.353 | 46.255 | 45.246 | 46.413 | 47.154 | 44.454 | 45.842 |

| | Tábua Biométrica | | Crescimento Salarial | | Taxa de Juros | | Posição de 30/06/2018 |
|---|-------------------------|------------------|-----------------------------|----------------|----------------------|----------------|------------------------------|
| | + 1 Idade | - 1 Idade | + 0,25% | - 0,25% | + 0,25% | - 0,25% | |
| Montantes do: | | | | | | | |
| Valor presente da obrigação atuarial do plano | (28.516) | (27.608) | (28.413) | (27.666) | (27.291) | (28.809) | (28.033) |
| Valor justo dos ativos do plano | 68.009 | 68.009 | 68.009 | 68.009 | 68.009 | 68.009 | 68.009 |
| Superávit / (Déficit) técnico do plano | 39.493 | 40.401 | 39.596 | 40.343 | 40.718 | 39.200 | 39.976 |

As análises de sensibilidade acima são baseadas em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado no cálculo das responsabilidades com o plano reconhecido nesta demonstração de posição financeira do final do período.

d.11 Fluxo atuarial projetado de pagamentos – parte BD

Considerando os valores dos benefícios esperados a serem pagos sem descontar a valor presente:

| Valores esperados - Posições | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|--|-------------------|-------------------|
| Até 1 ano: | 1.566 | 1.313 |
| De 1 ano a 2 anos: | 1.857 | 1.615 |
| De 2 anos a 5 anos: | 7.333 | 6.805 |
| Acima de 5 anos: | 138.402 | 120.522 |
| Total dos pagamentos esperados pelo Plano a valores atuais: | 149.158 | 130.255 |

Considerando o fluxo de pagamento dos benefícios da parte BD, apurou-se uma *Duration* para o Plano de Benefícios de 15,41 anos (pontos).**d.12 Projeção de Reconhecimento na DRE do Patrocinador para o próximo semestre**

| | 31/12/2019 |
|--|-------------------|
| Custo do serviço corrente líquido | (2.736) |
| - Custo do serviço corrente líquido | (2.736) |
| Custo de juros líquido | - |
| - Custo de juros da obrigação | (1.803) |
| - Receita de juros dos ativos | 3.592 |
| - Juros sobre o teto do ativo | (1.789) |
| Total a ser reconhecido | (2.736) |

d.13 Contribuições esperadas para o próximo semestre

| Itens | Parte BD | Parte CD | Total |
|---------------------------------|-----------------|-----------------|--------------|
| - Contribuições normais | 412 | 6.240 | 6.652 |
| - Contribuições administrativas | - | - | - |
| - Contribuições extraordinárias | - | - | - |
| Totais | 412 | 6.240 | 6.652 |

21 Gerenciamento de riscos e capital regulatório**a. Processo de Gerenciamento de Riscos e de Capital**

O processo de gerenciamento de riscos e de capital da POUPEX possibilita que os eventos sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, e que o capital regulatório seja continuamente monitorado e controlado.

Para isso, a Instituição conta com a atuação da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos (CORCI), vinculada diretamente ao Diretor de Riscos - CRO, representado pelo Vice-Presidente, segregada das demais áreas gerenciais e da Auditoria Interna.

A atuação da CORCI tem como objetivo certificar-se que medidas efetivas de gerenciamento, mensuração e controle de riscos estão sendo realizadas na Instituição.

A Governança compreende o gerenciamento de riscos e de capital como instrumento essencial de gestão, disponibilizando, para tanto, políticas, normas e procedimentos, além de sistema específico de acesso aos dados necessários para a condução das atividades, cujos resultados lhe são evidenciados por relatórios.

Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação, em consonância com as normas expedidas pelo órgão regulador, alinhadas com os padrões de integridade, valores éticos e objetivos estratégicos da POUPEX.

Os normativos asseguram que a Instituição mantenha estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações e o nível de complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas, bem como a dimensão de sua exposição aos riscos.

Atendendo à Resolução nº 4.557/2017, a nova estrutura de gerenciamento de riscos e de capital conta com o assessoramento do Comitê de Riscos – CORIS, que tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital, assim como avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Apetite a Riscos (RAS), propor recomendações ao Conselho de Administração sobre políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e capital, programa de teste de estresse, política de continuidade de negócios, planos de contingência de capital e liquidez e plano de capital, bem como supervisionar a atuação e o desempenho do Diretor de Riscos, de maneira independente.

As informações relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital são disponibilizadas na *intranet*, no sentido de preservar a cultura de transparência das atividades desenvolvidas.O relatório anual de gerenciamento de riscos e de capital é aprovado pela Administração Superior e, na sequência, publicado na página da Instituição na *internet*, em <http://www.poupex.com.br/institucional/gestao-de-riscos>.

Este Relatório atende às recomendações do Comitê de Basileia de Supervisão Bancária e às determinações do Banco Central do Brasil, requeridas pelo § 3º do Art. 16 da Circular BACEN nº 3.678/2013, que indica, como "Disciplina de Mercado", a divulgação de conjunto básico de informações, de modo que as partes interessadas possam realizar avaliações fundamentadas dos riscos a que a Instituição possa incorrer.

b. Risco de Crédito

Em conformidade com a previsão normativa do BACEN, Risco de Crédito é a possibilidade de ocorrência de perdas associadas:

- ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- à reestruturação de instrumentos financeiros; e
- aos custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

A Instituição adota metodologia conservadora de concessão de crédito, baseada, entre outros instrumentos, na avaliação da capacidade de pagamento dos tomadores e delimitação dos níveis de exposição e garantias de forma a manter as exposições a níveis aceitáveis.

Utilizando-se das diretrizes institucionais e dos preceitos da Resolução CMN nº 4.557/2017, o gerenciamento de risco de crédito na POUPEX consiste na adoção de políticas, normas e procedimentos com o objetivo de estabelecer medidas que permitam mitigar os eventos relacionados a essa categoria de riscos.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito da POUPEX abrange tanto a carteira de Financiamento Imobiliário quanto a de Aplicações Financeiras, sendo compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição.

A mensuração é realizada valendo-se da base de dados dos sistemas institucionais para calcular o montante provisionado, os valores baixados e recuperados de prejuízo, o detalhamento da exposição da carteira imobiliária por setor econômico e por região geográfica, o monitoramento da qualidade da carteira de financiamento imobiliário, o comportamento da inadimplência dessa carteira, a segregação por forma de pagamento (boleto, débito em conta corrente e consignação) e por *status* contábil (normal, anormal e prejuízo), o comparativo da inadimplência com o mercado, o acompanhamento da inadimplência por tipo de garantia e a verificação da aderência à Resolução CMN nº 2.682/1999.

Adicionalmente, a partir de informações gerenciais apropriadas, a POUPEX monitora o risco da contraparte intermediadora, que corresponde aos recursos repassados por entidades consignantes com as quais a Instituição mantém convênios, originados de descontos realizados na folha de pagamento dos servidores que contratam os produtos da Instituição.

A carteira de crédito é avaliada regularmente em termos de sua qualidade, sendo alcançada com o acompanhamento dos limites de exposição de riscos definidos conforme regulamentação do CMN e do BACEN. A comunicação dos resultados do gerenciamento de risco de crédito é realizada por relatórios ao Comitê de Riscos e à Governança.

c. Risco de Mercado

O Gerenciamento de Risco de Mercado consiste em monitorar os riscos decorrentes das flutuações dos valores de mercado de posições mantidas pela Instituição. Para a POUPEX, as oscilações podem ser resultantes das variações das taxas de juros e dos índices de preços.

As atividades de mensuração, monitoramento e controle das exposições são realizadas pela CORCI, que tem a responsabilidade de submeter a revisões periódicas os processos de gerenciamento e controle, a fim de mantê-los alinhados ao mercado e aderentes ao processo de melhoria contínua.

O Gerenciamento do Risco de Mercado abrange as posições mantidas pela Instituição, compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição correspondente, não havendo na carteira títulos disponíveis para negociação.

O controle desse risco é realizado com base na segregação por Fatores de Riscos (FR) das operações, ativas e passivas, que estão sujeitas às variações das taxas referenciadas em TR, CDI, SELIC, IPC-A e IGP-M, e que são calculados de acordo com o estabelecido pelo BACEN.

Utiliza-se a metodologia de Marcação a Mercado para mensuração da exposição da carteira de títulos disponíveis para venda, sendo os testes de estresse mensurados de acordo com o estipulado pelo BACEN.

Devido à característica conservadora de administração de recursos, a POUPEX não opera com carteira *Trading*, que são operações destinadas à revenda, mantendo reduzida a exposição ao Risco de Mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 1º SEMESTRE DE 2019
Valores expressos em milhares de Reais

Instituição, com sanções estabelecidas em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações a terceiros por danos decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.
Os princípios básicos adotados internamente e aprovados pela Governança, na gestão e no controle do Risco Operacional, foram estabelecidos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017.
O gerenciamento de Risco Operacional está vinculado ao Sistema de Controles Internos - (SCI) e possui papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a confirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, o que assegura a independência entre as áreas e, consequentemente, contribui para que se encontrem parâmetros equilibrados em relação aos riscos dessa natureza, inclusive na prevenção ao conflito de interesses.
A Instituição tem estabelecida uma Diretriz-Geral da Presidência que orienta para o aprimoramento contínuo dos procedimentos que se vinculam ao gerenciamento de riscos, caracterizado pela descentralização das ações executadas pelas áreas de negócio e pelo monitoramento realizado pela CORCI.
Os eventos de Risco Operacional reconhecidos pela Instituição são aqueles relacionados na Resolução citada, além de outros que eventualmente mereçam enquadramento diferenciado. A Instituição conta com Planos de Continuidade dos Negócios e de Contingência de Tecnologia da Informação – TI.

f. Capital Regulatório

O Patrimônio de Referência - PR é a medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Essas Instituições devem manter, permanentemente, valor de PR compatível com os riscos de suas atividades, cuja metodologia segue os procedimentos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.192/2013.
O PR corresponde à soma do Nível I e do Nível II, sendo o Nível I segmentado em Capital Principal e Capital Complementar. O Capital Nível I é considerado como de melhor qualidade, já que representa recursos próprios sem vinculação com terceiros, capaz de absorver perdas durante o funcionamento da instituição, enquanto o Nível II tem por finalidade assimilar as perdas se constatada a inviabilidade da instituição.
A adequação dos requerimentos mínimos de PR da Instituição é acompanhada mensalmente por intermédio da elaboração do Demonstrativo de Limites Operacionais - (DLO), expresso na forma de índices e limites.
Há determinação do BACEN para que as instituições financeiras mantenham, permanentemente, capital (Patrimônio de Referência) e adicionais de capital principal (Conservação e Contracíclico) compatíveis com os riscos de suas atividades. Os riscos são representados pelo Ativo Ponderado pelo Risco - RWA (*Risk - Weighted Asset* - RWA), que é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de Riscos de Crédito, Mercado e Operacional. A Instituição atende à determinação do órgão regulador para a manutenção permanente de capital (PR) e de adicionais de capital principal (Conservação e Contracíclico) compatíveis com os riscos de suas atividades.
A POUPEX optou pela Abordagem do Indicador Básico (*Basic Indicator Approach* – BIA) como metodologia para a apuração da parcela do RWA, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional, mediante abordagem padronizada (RWAOPAD), conforme mensagem eletrônica nº 108048383, transmitida por meio do SISBACEN, em 26 de maio de 2008.
O cálculo do PR da POUPEX encontra-se detalhado a seguir:

| Patrimônio de Referência (PR) | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|---|------------------|------------------|
| Base de Cálculo - em R\$ mil | Exposição | Exposição |
| Patrimônio de Referência Nível I | 801.146 | 719.374 |
| Capital Principal (CP) | 801.146 | 719.374 |
| Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros | 1.035.172 | 996.095 |
| Ajustes de Avaliação Patrimonial* | 8.084 | (4.003) |
| Sobras ou Resultados Acumulados | 34.582 | 36.332 |
| Contas de Resultado Credoras | - | - |
| Contas de Resultado Devedoras | - | - |
| Ajustes Prudenciais Exceto Partic. Não Coligadas e Créd. Tributária | (276.692) | (309.050) |
| Patrimônio de Referência Nível II | - | - |
| TOTAL DO PR = Nível I (+/-) Nível II | 801.146 | 719.374 |

*Somatório dos saldos das contas do Patrimônio Líquido representativas dos ganhos não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial. O saldo será zero se houver ganhos não realizados. **BN: alínea "a", inc. II do art. 4º da Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013.**

| DIRETORIA | |
|--|---|
| Araken de Albuquerque Presidente | Gerson Forini Vice-Presidente |
| Luiz Arnaldo Barreto Araujo Diretor | Paulo Cesar Souza de Miranda Diretor |
| Luiz Felipe Linhares Gomes Diretor | Orlando Humberto Costa Junior Diretor |
| Ricardo José Andrade Leite Viana Diretor | |

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

JOSIANE RODRIGUES NEIVA
Contadora - CRC-DF 009.841/O-7

SÍNTESE DE GERENCIAMENTO DE RISCO E DE CAPITAL - 1º SEMESTRE/2019

A POUPEX, como integrante do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e do Sistema Financeiro Habitacional (SFH), tem criado rotinas que visam a identificar os riscos em diversos contextos operacionais e níveis hierárquicos, de forma contínua e sistemática, contando com estrutura apropriada para o gerenciamento de riscos e de capital pela atuação da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, vinculada ao Diretor de Riscos - CRO, representado pelo Vice-Presidente.
As políticas, normas e procedimentos disponibilizados pela Instituição asseguram que a POUPEX mantenha estrutura compatível com a natureza de suas operações, complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas e a dimensão de sua exposição aos riscos.
Essas políticas de gerenciamento de riscos e de capital estão alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição, em conformidade com os normativos e regulamentos expedidos pelos órgãos reguladores, sendo revisadas periodicamente pelo Conselho de Administração e disponibilizadas aos integrantes do corpo funcional por meio da *intranet*.
A CORCI atua no controle e gerenciamento dos riscos financeiros e operacional, bem como no gerenciamento de capital, com o objetivo de certificar-se que medidas efetivas de gestão, mensuração e controle estão sendo realizadas na Instituição, utilizando-se, para tanto, de rotinas específicas de identificação e tratamento dos eventos de riscos.
O Risco de Crédito monitora a carteira imobiliária, avaliando as movimentações ocorridas entre os níveis de provisionamento e o atendimento aos limites de concessão às pessoas físicas e jurídicas. O Risco de Mercado gerencia os eventos decorrentes das flutuações dos valores de mercado de posições mantidas pela Instituição. O processo de gerenciamento do Risco de Liquidez é realizado com base no comportamento do fluxo de caixa e no monitoramento do resultado de sua disponibilidade, além da realização periódica de testes de estresses.
O gerenciamento de Risco Operacional tem como objetivo suportar a Instituição na tomada de decisão, buscando a correta identificação e avaliação dos fatores de risco e de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, assim como a proteção dos ativos e da imagem da Instituição. Esse tipo de risco está atrelado à atuação do Sistema de Controles Internos.
O Gerenciamento de Capital é realizado de forma a suportar os riscos inerentes às atividades, representado pelo processo contínuo de monitoramento e controle do capital, e cumpre os requerimentos regulatórios aprovados no âmbito do plano anual de capital, com o objetivo de manter base consistente, superior ao mínimo exigido pelo regulador.
A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital e o estabelecimento de procedimentos de monitoramento contínuo dos graus de exposição estão previstos nos Relatórios de Riscos, publicados na página da POUPEX na Internet (www.poupe.com.br).

HIDELMA DA CUNHA NANTES

Gerente Executivo da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI

Brasília – DF, 1º de julho de 2019.

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019

Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria da POUPEX – ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO, com sede na Av. Duque de Caxias, s/nº – Setor Militar Urbano – CEP 70.630-902 – Brasília - DF os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Resumido referente ao primeiro semestre de 2019.

ATIVIDADES DO COMITÊ:

O Comitê realizou várias reuniões referentes ao primeiro semestre de 2019, nas quais os seguintes trabalhos foram desenvolvidos:
a) Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente;
b) Supervisionou as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (I) a sua independência; (II) a qualidade dos serviços prestados; e (III) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Associação;
c) Supervisionou as atividades da área de auditoria interna; de controles internos da Associação, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes da Associação a respeito da efetividade e adequação dos seus controles internos;
d) Revisou e considerou adequado o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Associação;
e) Supervisionou as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Associação, bem como revisou as análises e premissas utilizadas pela administração e corroboradas pelos auditores independentes da Associação para a elaboração de suas Demonstrações Financeiras.

Para fim de aplicação proporcional da regulamentação prudencial, a Resolução CMN nº 4.553/2017 qualificou as instituições financeiras em categorias, entre S1 e S5, considerando o porte e a atividade internacional que compõe cada segmento, tendo a POUPEX sido enquadrada no Segmento 3 (S3), que é composto por aquelas cujo ativo total é igual ou superior a 0,1% (um décimo por cento) e atinja no máximo 1% (um por cento) do Produto Interno Bruto – (PIB).

g. Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal

Os ajustes prudenciais são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que podem comprometer a qualidade do Capital Principal, em decorrência de sua baixa liquidez e difícil avaliação, ou que dependam de lucro futuro para serem realizados.

A partir de janeiro de 2016, em obediência ao art. 11 da Resolução CMN nº 4.192/2013, a POUPEX passou a deduzir os ajustes prudenciais do Capital Principal, equivalentes à aplicação de percentual sobre o saldo dos ativos intangíveis, na proporção de 80% em 2017 e de 100% a partir de 2018.

O Capital Principal é também ajustado pelo montante dos investimentos em Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), que são consideradas instrumentos de captação emitidos por instituições, elegíveis a compor o Nível II nos termos das Resoluções CMN nº 4.123/2012 e 4.192/2013. Este ajuste reduz o PR da Instituição.

h. Índice de Basileia

Considerando as recomendações do Comitê de Basileia, o BACEN estabeleceu limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras, entre os quais se destacam o Índice de Basileia (IB), Índice de Capital Principal (ICP) e o Índice de Capital Nível I (INI).

O IB é determinado pela razão entre o PR e o RWA, que não deve ser inferior ao exigido pelo órgão regulador, como estabelecido pelo artigo 4º da Resolução CMN nº 4.193/2013.

No Brasil, a aplicação dos Acordos de Basileia envolveu maior rigor regulatório em relação aos padrões internacionais, já que, na Versão I, o BACEN definiu em 11% o fator de ponderação de risco aplicado ao RWA, enquanto os padrões internacionais sugeriam 8%.

O BACEN determinou que o requerimento mínimo de PR convergisse aos padrões internacionais paulatinamente, retroagindo dos 11% para 8% entre 2015 e 2019. Em contrapartida, introduziu, também gradualmente, três colchões de capital, que formam o Adicional de Capital Principal (ACP), sendo: de conservação, contracíclico e sistêmico, este último não aplicável à POUPEX.

Esses fatores estão reunidos numa única rubrica do Documento de Limites Operacionais - DLO, intitulada Adicional de Capital Principal, e teve suas alíquotas elevadas progressivamente, entre 2016 e 2019, que deverão ser somados aos elementos de capital.

Com a adoção da Versão III, o órgão regulador fez convergir os requerimentos aplicados no Brasil aos padrões internacionais, exigindo das Instituições a manutenção de índice mínimo no intervalo entre 11% e 13%, conforme demonstrado a seguir.

| Descrição | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|---------------------------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| Patrimônio de Referência – PR* | 9,875% | 9,25% | 8,625% | 8,0% |
| Adicional de Capital (ACP) | 1,25% | 2,5% | 3,75% | 5,0% |
| ACP-Conservação | 0,625% | 1,25% | 1,875% | 2,5% |
| ACP-Contracíclico | 0,625% | 1,25% | 1,875% | 2,5% |
| Requerimento de Capital | 11,13% | 11,75% | 12,38% | 13,0% |

* O Patrimônio de Referência, o Capital Principal e o Capital de Nível I da Instituição possuem o mesmo valor. Na POUPEX, os Índices de Capital foram apurados como estabelecido pela Circular nº 3.678/2013, distribuídos de acordo com o quadro a seguir.

| Descrição | 30/06/2019 | 30/06/2018 |
|-----------------------------------|------------------|------------------|
| | Exposição | Exposição |
| Índice de Basileia | 28,98 | 27,11 |
| Índice de Capital Principal – ICP | 28,98 | 27,11 |
| Índice de Nível I – INI* | 28,98 | 27,11 |
| Índice de Imobilização | 2,47 | 3,26 |

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

| | |
|---|---|
| Oswaldo de Jesus Ferreira Presidente | Araken de Albuquerque Vice-Presidente |
| Gerson Forini Secretário | José Luiz de Paiva Conselheiro |
| Paula Luciana Viana da Silva Lima Mazanék Conselheira | Rodrigo Barroso Ayub Conselheiro |

SÍNTESE DA ESTRUTURA DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS - 1º SEMESTRE/2019

O ambiente de controle da POUPEX está alinhado com as melhores práticas de mercado, considerando a estrutura exigida para que as atividades sejam desenvolvidas em observância a padrões de conduta e pelo estabelecimento de um código de ética, atrelados ao nível adequado de segregação de funções e de prevenção ao conflito de interesses, além de procedimentos específicos relacionados ao combate aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.

A estrutura no controles internos conta com arcabouço normativo próprio, suportado por políticas e manuais de procedimentos, no sentido de resguardar a segurança operacional na execução das atividades. Tem-se por referência a atuação de comitês internos, entre eles o de Auditoria - COAUD, que tem a incumbência de avaliar o contexto e a abrangência dos procedimentos de controle desenvolvidos pela Instituição, e o de Riscos - CORIS.

A POUPEX conta com um Sistema de Controles Internos – SCI, cujo núcleo é formado por áreas vinculadas ao Diretor de Riscos – CRO, sendo a Consultoria de Gestão Organizacional – COGEO, a Ouvidoria – OUVID e a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, que o coordena, tendo presente a parceria com os gestores das áreas, uma vez que o objetivo dessa atuação é contribuir para o aprimoramento dos processos operacionais. Alinhada aos controles internos, a função de Conformidade tem transcorrido de forma ainda mais dinâmica, tendo sido assimilada pela CORCI, que tem a responsabilidade de monitorar os normativos que devem estar vinculados às atividades institucionais.

Destaca-se o normativo que se relaciona às competências e alçadas decisórias, cujo detalhamento atrela o limite de atuação de cada uma das áreas internas aos correspondentes valores possíveis de serem autorizados. Essa prática está parametrizada em sistema interno de gestão de pagamentos, o que garante a vinculação dos desembolsos aos respectivos processos operacionais e aos gestores responsáveis.

Tem-se como premissa a disponibilização de informações à Governança, cujas análises assumem abordagem gerencial, dando ao nível diretivo da Instituição oportunidade para ampliar o processo de tomada de decisões, principalmente pelo fato de o SCI atuar em parceria com o gerenciamento de riscos, sobretudo o de cunho operacional. O SCI atua em toda a estrutura da POUPEX, mantendo relacionamento com as Gerências pela participação nos diversos assuntos conduzidos, o que inclui o acompanhamento dos relatórios elaborados pelas auditorias interna e independente, como também pelo órgão regulador, além das solicitações emanadas pela Governança. A Instituição vale-se de sistemas específicos para o gerenciamento das atividades, destacando-se o que se refere ao que integra as informações financeiras, contábeis e orçamentárias, denominado ERP Corporativo, e o que reúne as informações gerenciais produzidas pelas diversas áreas, intitulada *Business Intelligence* – BI.

A Governança mantém acompanhamento próximo da atuação do SCI, inclusive pelo fato de o CRO determinar aos Diretores o estabelecimento de planos de ação para os casos em que não haja procedimentos de controle formalmente instituídos. Os apontamentos de controles internos são objeto de relatórios periódicos, sendo submetido anualmente ao Conselho de Administração – CA, aquele previsto pela Resolução nº 2.554/1998, do Conselho Monetário Nacional – CMN.

O SCI vale-se da atuação integrada da Auditoria Interna, que se responsabiliza pelas verificações *in loco* quando da condução dos trabalhos junto às áreas operacionais.

HIDELMA DA CUNHA NANTES

Gerente Executivo da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI

Brasília – DF, 1º de julho de 2019.

Em reunião com a presença da KPMG Auditores Independentes e da Auditoria Interna (AUDIP), o COAUD tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do primeiro semestre de 2019, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados e recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da Associação.
Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a administração da Associação, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO

Com base nos trabalhos desenvolvidos, este Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras auditadas da POUPEX – ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO, para o primeiro semestre de 2019.

Brasília-DF, 20 de agosto de 2019.

Gen. Paulo Cesar Souza de Miranda
Membro do COAUD – Coordenador

Ricardo José Andrade Leite Viana
Membro do COAUD

Orlando Humberto Costa Junior
Membro do COAUD

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao (s) Conselho de Administração, Associados e Administradores da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX Brasília – DF
Introdução
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX (“POUPEX”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à POUPEX, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as

demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da POUPEX, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da POUPEX. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da POUPEX é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a POUPEX continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a POUPEX, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da POUPEX são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não

detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da POUPEX.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da POUPEX. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a POUPEX a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 27 de agosto de 2019.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-DF

Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC SP-296875/O-4